



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA FINS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2026

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

“PROCEDIMENTO LICITATÓRIO DESTINADO EXCLUSIVAMENTE PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PERTENCENTES A MICRORREGIÃO 022 – TOLEDO”

OBJETO: Contratação de empresas interessadas no futuro e eventual fornecimento de uniformes para servidores e participantes de oficinas culturais, fardamentos esportivos, bandeiras oficiais, cobertores e lençóis, cortinas, tecidos, aviamentos e materiais decorativos, através da modalidade pregão eletrônico, conforme quantidades e condições mínimas relacionadas no Termo de Referência anexo ao Edital.

PERÍODO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 07h50min do dia 07/07/2026 até as 07h50min do dia 28/07/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: as 07h55min do dia 28/07/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: as 08h00min do dia 28/07/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário De Brasília (DF).

LOCAL: PORTAL BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL – BLL <https://blcompras.com/>

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 569.366,02 (quinhentos e sessenta e nove mil, trezentos e sessenta e seis reais e dois centavos).

EDITAL: O edital estará disponível aos interessados para download no site do município: <https://patobragado.atende.net/> na aba “Mural de Licitações”, bem como junto ao Portal BLL onde ocorrerá a sessão pública no site <https://blcompras.com/>

Pato Bragado – PR, aos 06 dias do mês de julho de 2026.

JOHN JEFERSON WEBER NODARI

Prefeito do Município



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA FINS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2026.

“PROCEDIMENTO LICITATÓRIO DESTINADO EXCLUSIVAMENTE PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PERTENCENTES A MICRORREGIÃO 022 – TOLEDO”

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PATO BRAGADO – PR.

SECRETARIAS MUNICIPAIS.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

1. PREÂMBULO

1.1. Torna-se público que o Município de Pato Bragado – PR, por meio do Departamento de Licitações, sito na Avenida Willy Barth, nº 2885, Centro, Pato Bragado - PR, realizará licitação, para fins de Registro de Preços, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, regulamentada pelos Decretos Municipais nº 028, 035, 056, 057, 154, 282, 283 e 284 de 2023 e 026 e 027 de 2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

PERÍODO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 07h50min do dia 07/07/2026 até as 07h50min do dia 28/07/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: as 07h55min do dia 28/07/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: as 08h00min do dia 28/07/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário De Brasília (DF).

LOCAL: PORTAL BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL – BLL <https://bllcompras.com/>

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresas interessadas no futuro e eventual fornecimento de uniformes para servidores e participantes de oficinas culturais, fardamentos esportivos, bandeiras oficiais, cobertores e lençóis, cortinas, tecidos, aviamentos e materiais decorativos, através da modalidade pregão eletrônico, conforme quantidades e condições mínimas relacionadas no Termo de Referência anexo ao Edital, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. A competição se dará por **Menor Preço por Lote**, sendo que o licitante deverá formular sua proposta respeitando os valores máximos fixados no Termo de Referência, sob pena de desclassificação da proposta, quando, após sessão de lance e negociação direta do pregoeiro a proposta ainda for superior ao máximo estabelecido no edital.

2.3. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no portal <https://bllcompras.com/> e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as constantes no edital.

2.4. O teto máximo global estimado desta licitação é de R\$ 569.366,02 (quinhentos e sessenta e nove mil, trezentos e sessenta e seis reais e dois centavos).

2.5. Para fazer face às despesas previstas nesta Licitação, serão utilizados recursos orçamentários previstos na seguinte Dotação orçamentária:



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

Dotação	Órgão	Unidade	Funcional	Ação	Elemento - Código	Elemento - Descrição	Vínculo
26	2	1	0004.0122.1050	2002	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
71	2	4	0004.0122.1050	2006	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
113	2	5	0004.0123.1050	2009	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
153	2	6	0004.0121.1050	2010	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
198	2	7	0012.0361.1100	2012	3339030150000000000	Material para festividades e homenagens	505
198	2	7	0012.0361.1100	2012	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
221	2	7	0012.0361.1100	2013	3339030200000000000	Material de cama, mesa e banho	505
221	2	7	0012.0361.1100	2013	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
277	2	7	0012.0365.1100	2019	3339030200000000000	Material de cama, mesa e banho	104
277	2	7	0012.0365.1100	2019	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	104
318	2	8	0013.0392.1150	2025	3339030150000000000	Material para festividades e homenagens	505
318	2	8	0013.0392.1150	2025	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
320	2	8	0013.0392.1150	2025	3339032999900000000	Outros materiais para distribuição gratuita	505



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

334	2	8	0013.0392.1150	2026	33390301500000000000	Material para festividades e homenagens	505
356	2	9	0027.0812.1200	2028	33390302300000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
370	2	9	0027.0812.1200	2029	33390329999000000000	Outros materiais para distribuição gratuita	505
399	2	10	0015.0452.1300	2031	33390302300000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
482	2	11	0008.0244.1350	2040	33390301500000000000	Material para festividades e homenagens	505
482	2	11	0008.0244.1350	2040	33390302300000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
550	2	12	0020.0606.1400	2047	33390302300000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
581	2	13	0022.0661.1450	2049	33390302300000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
647	2	14	0010.0301.1500	2057	33390302300000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
806	2	18	0008.0241.1350	2076	33390302300000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505

3. DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. As regras referentes ao órgão gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

4.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, em campo próprio do sistema.

4.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

4.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

4.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1. Poderão participar desta Licitação **exclusivamente Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sediadas na MICRORREGIÃO 022 – TOLEDO** cujo objeto social seja pertinente e compatível com o objeto desta Licitação, que estejam regularmente estabelecidas no País e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

5.2. Neste Instrumento Convocatório será aplicado o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito regional, em conformidade às normas gerais previstas no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal nº 147 de 07 de agosto de 2014 e Decreto Municipal 238/2022, com alterações introduzidas pelos Decretos 242/2023, 245/2023 e 054/2024.

5.3. Âmbito regional refere-se às microempresas e empresas de pequeno porte estabelecidas na **Microrregião de Toledo** – que é uma das microrregiões do estado brasileiro do Paraná pertencente à **Mesorregião Oeste Paranaense**, mais especificamente a **Microrregião 022, segundo parâmetros do IBGE**, compreendendo os Municípios de Assis Chateaubriand, Diamante do Oeste, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Guaíra, Iracema do Oeste, Jesuítas, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Mercedes, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Santa Helena, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo e Tupãssi. Esta restrição é baseada na Política Pública “Compras Pato Bragado”, criada, com base na Lei Complementar nº 123/2006 e Prejulgado nº 27 do TCE/PR (Acórdão nº 2122/2019), pela Lei Complementar Municipal nº 059/2015 e instituída pelo Decreto Municipal nº 238/2022 (alterado pelos Decretos nº 242/2023, 245/2023 e 054/2024), prevendo que haverá restrição à licitantes ME e EPP sediadas na região quando houver ao menos 03 (três) fornecedores que possuam ramo de atividade compatível com o objeto da aquisição, o que foi verificado na fase preparatória.

5.4. Os interessados devem se cadastrar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal Bolsa de licitações do Brasil – BLL <https://bllcompras.com/>.

5.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.7. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.8. Não poderão disputar esta licitação:

5.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

5.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

5.8.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

5.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

5.8.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.9. O impedimento de que trata o item 4.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.6.2 e 5.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.12. O disposto nos itens 5.6.2 e 5.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.13. A vedação de que trata o item 5.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.3. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá informar, em campo próprio do sistema eletrônico, o seu enquadramento, cumprindo os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.3.1. Caso o campo não for assinalado, apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.4. A falsidade da declaração de que trata o item 5.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, até a abertura da sessão pública.

6.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.8. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.8.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.8.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. valor unitário e total do item;

7.2.1. Marca; Caso a **MARCA** do item ofertado remeta-se ao nome da empresa ela deverá ser preenchida com os dizeres "**MARCA PRÓPRIA**".

7.1.2. Fabricante;

7.1.3. Quantidade.

7.1.4. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

7.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

7.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.4. Além do preenchimento da proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá também anexar juntamente com os documentos de habilitação a proposta escrita.

7.5. A Proposta de Preços escrita deverá ser apresentada preferencialmente conforme modelo anexo obedecendo às seguintes condições:

7.5.1. Deve conter nome, endereço, CNPJ do licitante, assim como, preferencialmente, endereço completo, telefone endereço eletrônico, se houver, para contato;

7.5.2. Deve conter identificação do número do Pregão; e

7.5.3. Deve ser datada e assinada pelo representante legal do licitante ou pelo procurador na sua última página e rubricada nas demais páginas.



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

7.6. A Proposta de Preços deverá conter:

7.6.1. Descrição individualizada e precisa do objeto da licitação, em conformidade com as especificações contidas neste Edital e em seus Anexos;

7.6.2. Indicação dos valores, com no máximo 02 (duas) casas decimais;

7.6.3. Indicação do preço unitário e total do item e global da proposta, bem como a MARCA dos produtos.

7.6.4. Data, assinatura e nome completo do representante legal da empresa;

7.6.5. Indicação do prazo de validade das propostas de preços apresentadas, que será de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão pública do Pregão. Caso o proponente não informe o prazo de validade da proposta será automaticamente considerado o prazo de 60 (sessenta) dias;

7.7. Com a apresentação de proposta de preços fica entendido que a proponente, sob sua responsabilidade, tomou conhecimento sobre todas as condições para o fornecimento.

7.8. A apresentação da Proposta de Preços pelo licitante implica na aceitação das condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos e no Termo de Referência.

7.9. O Pregoeiro reserva-se o direito de realizar diligências para instrução do processo sobre informações que não estejam claras, bem como de solicitar documentos complementares que julgar necessários para os respectivos esclarecimentos.

7.10. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.11. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.12. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.13. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

7.14. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.15. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.16. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.17. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

7.18. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

7.19. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 8.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no item 1.1 deste Edital.
- 8.2.** A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico, vedada a comunicação por telefone ou qualquer outro meio.
- 8.3.** Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.4.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 8.4.1.** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 8.4.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 8.4.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 8.5.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 8.6.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.7.** O lance deverá ser ofertado pelo valor **UNITÁRIO DO ITEM**.
- 8.8.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.9.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.10.** O licitante poderá solicitar ao pregoeiro a exclusão do último lance ofertado, após o registro no sistema, na hipótese de lance ser inconsistente ou inexecuível.
- 8.11.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 8.12.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 8.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.12.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.12.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 8.12.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 8.12.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 8.13.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

- 8.14.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.15.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.16.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.17.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.18.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 8.18.1.** Havendo eventual empate entre propostas (não seguidas de lances), o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 8.18.1.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 8.18.1.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 8.18.1.3.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 8.18.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 8.18.2.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 8.18.2.2.** empresas brasileiras;
- 8.18.2.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 8.18.2.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 8.19.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 8.19.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 8.19.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.19.3.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado, quando necessário, que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 8.19.4.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 8.20.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 8.21.** Caso o melhor preço válido tenha sido apresentado por empresa não estabelecida no Município de Pato Bragado e tendo proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte sediada no Município de Pato Bragado, o objeto será adjudicado em favor desta pelo valor apresentado por ela, desde que não ultrapasse o limite de 10% previsto, situação em que se dará preferência a licitante local, conforme



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

disposição do Art. 8º do Decreto Municipal nº 238/2022, com alterações introduzidas pelos Decretos 242/2025, 245/2025 e 054/2025. (Aplicável em todos os lotes com valores até R\$ 80.000,00)

9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante as seguintes consultas:

- a) Se possui cadastro no SICAF;
- b) Se o licitante possui idoneidade para contratar com a Administração Pública, por meio de consulta no seguinte endereço eletrônico:

<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>.

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

9.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN DREI Nº 77, De 18 de Março de 2020, Art. 29, Caput)

9.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN DREI Nº 77, De 18 de Março de 2020, art. 29, §1º)

9.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN DREI Nº 77, De 18 de Março de 2020, art. 29, §2º).

9.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 6.3 deste edital.

9.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no Decreto Municipal nº 283/2025.

9.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 9.7.1. Contiver vícios insanáveis;
- 9.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 9.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 9.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 9.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 9.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 9.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

9.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

9.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

9.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*

9.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

9.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

9.10. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

9.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

9.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos previstos no Termo de Referência (ANEXO I), necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

10.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser anexados em campo próprio do sistema da BLL e estar plenamente legíveis, com boa resolução, fácil leitura e preferencialmente coloridos. Caso seja verificada alguma inconsistência e havendo necessidade, o Pregoeiro poderá solicitar ao licitante vencedor



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

novo documento com autenticação em cartório. O pregoeiro ou sua equipe de apoio poderá fazer diligência para a verificação e constatação da autenticidade de documentos.

10.3. A Habilitação Jurídica bem como a Regularidade Fiscal e Trabalhista poderá ser verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos. Assim sendo, todas as proponentes deverão apresentar o Certificado de Registro Cadastral - CRC, demonstrando sua regularidade. Os documentos que não estiverem contemplados no SICAF deverão ser anexados em campo próprio da plataforma BLL.

10.3.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

10.3.2. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e Plataforma BLL, e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, podendo o pregoeiro abrir diligência para sua correção.

10.3.3. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.3.4. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.4. DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

10.4.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.4.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI;

10.4.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.4.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

10.4.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.4.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.4.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

10.4.8. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação.

10.4.9. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (Cartão de CNPJ);

10.4.10. Cédula de Identidade e CPF de todos os sócios administradores da empresa;

10.5. DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

10.5.1. Comprovante de regularidade para com a Fazenda Federal mediante apresentação de Certidão Negativa ou positiva com efeitos de negativa relacionada a Débitos de Tributos Federais e a Dívida Ativa da



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

União e com abrangência as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da lei 8.212/9;

10.5.2. Comprovante de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da empresa, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou positiva com efeitos de negativa de Tributos Estaduais;

10.5.3. Comprovante de regularidade para com a fazenda municipal, mediante apresentação de Certidão Negativa ou positiva com efeitos de negativa de Tributos Municipais;

10.5.4. Comprovante de regularidade ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – CRF;

10.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou positiva com efeitos de negativa (em conformidade com a Lei 12.440 de 7 de julho de 2013.);

10.6. DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.6.1. Certidão negativa de falência ou concordata (Recuperação Judicial) expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. (não será aceita negativa com data de emissão superior a 90 (noventa) dias;

10.6.1.1. As empresas em recuperação judicial devem apresentar junto a Certidão o Plano de Recuperação Homologado.

10.7. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR - DECLARAÇÕES

10.7.1. Declaração Conjunta, conforme modelo anexo;

10.7.2. Declaração de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), quando se enquadrar e para ter os benefícios previstos em Lei e no Edital, conforme modelo anexo;

10.7.3. Declaração de Informações, conforme modelo anexo;

10.8. O declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

10.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e Decreto Municipal nº 034/2025):

10.9.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.9.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.10. No caso de verificação de irregularidades na documentação exigida para habilitação da licitante ou da não apresentação de alguma delas, o Pregoeiro deverá:

10.10.1. Abrir diligência junto a proponente melhor classificada, para que esta corrija a irregularidade e/ou apresente o documento ausente. O pregoeiro realizará a juntada do documento ao processo em razão da seleção da proposta mais vantajosa, desde que o documento apresente condição regular preexistente, ou seja, que estava regular no momento anterior ao início da sessão pública;

10.10.2. O prazo para este tipo de diligência é de 30 (trinta) minutos, podendo ser prorrogado por igual período, desde que devidamente motivado pelo licitante;

10.10.3. O documento deverá ser anexado junto a plataforma BLL, na aba documentos complementares;

10.10.4. O Pregoeiro realizara a inabilitação do licitante que não cumprir com a diligência solicitada, dentro do prazo proposto;

10.10.5. A forma de condução apresentada no item 10.10 e posteriores, baseia-se no interesse público, na busca da proposta mais vantajosa, Princípios da Economicidade, Razoabilidade e Formalismo Moderado, bem como acórdãos 1211/2021 e 2673/2021 do Pleno do Tribunal de Contas da União – TCU.

10.11. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

10.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

10.13. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.14. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das licitantes será analisada após o julgamento das propostas.

10.15. Havendo alguma restrição na comprovação da Regularidade Fiscal, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização na forma do Art. 43 § 1º da Lei Complementar 123/2006.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. A licitante que não houver se credenciado ao SICAF até a sessão pública deverá apresentar, ao menos, pedido de credenciamento para assinatura da ata de registro de preços.

11.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.4. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura, preferencialmente, digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.5. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.6. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.7. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.8. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, desta forma o Pregoeiro abrirá prazo de 15 (quinze) minutos, durante o qual, qualquer licitante poderá de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

13.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://patobragado.atende.net/> e <https://bllcompras.com/>.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.5. fraudar a licitação

14.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º do Decreto Municipal nº 034/2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), endereço eletrônico <https://patobragado.atende.net/> e Portal BLL <https://bllcompras.com/>.

15.11. O suporte ao licitante será realizado exclusivamente por meio da plataforma BLL e seus canais oficiais, sendo proibida qualquer tentativa de contato direto com o Pregoeiro(a), seja por e-mail, telefone, presencialmente, ou qualquer outra forma que não por meio da plataforma.

15.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.12.1. ANEXO 1 - Termo de Referência

15.12.2. ANEXO 2 – Declaração Conjunta

15.12.3. ANEXO 3 – Declaração de ME/EPP

15.12.4. ANEXO 4 – Declaração de Informações

15.12.5. ANEXO 5 – Proposta de Preços

15.12.6. ANEXO 6 – Minuta da Ata de Registro de Preços

15.12.7. ANEXO 7 – Minuta de Termo de Contrato

15.12.8. ANEXO 8 – Estudo Técnico Preliminar (disponível em documento apartado)

16. FORO

16.1. As questões decorrentes da execução deste Pregão que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Marechal Cândido Rondon - PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Pato Bragado – PR, aos 06 dias do mês de julho de 2026.

JOHN JEFERSON WEBER NODARI

Prefeito do Município



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

ANEXO 1 TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresas interessadas no futuro e eventual fornecimento de uniformes para servidores e participantes de oficinas culturais, fardamentos esportivos, bandeiras oficiais, cobertores e lençóis, cortinas, tecidos, aviamentos e materiais decorativos, através da modalidade pregão eletrônico, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Lote	Item	Quant.	Produto - Descrição	Unid.	V. Unit.	V. Total
1	1	360	POLO FEMININA MANGA CURTA PERSONALIZADA: NA COR CINZA CLARO MESCLA, COM DETALHES EM AZUL CELESTE NA GOLA E MANGAS, ABERTURA FRONTAL COM TRÊS BOTÕES, NO LADO ESQUERDO DO PEITO CONTENDO BORDADO COM FORRO DO BRASÃO DO MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO NAS DIMENSÕES 6,5X7,5CM. CONFECCIONADA EM TECIDO MALHA PIQUET STRETCH PA COMPOSTA DE APROXIMADAMENTE 54% DE ALGODÃO, 44% DE POLIÉSTER, 2% ELASTANO E GRAMATURA EM TORNO DE 180G/M2. CONFECCIONADA COM PELO MENOS UMA PROVA ATÉ A ENTREGA.	UNIDADE	R\$ 55,59	R\$ 20.012,40
2	2	140	POLO MASCULINA MANGA CURTA PERSONALIZADA: NA COR CINZA CLARO MESCLA, COM DETALHES EM AZUL CELESTE NA GOLA E MANGAS, ABERTURA FRONTAL COM NO MÍNIMO TRÊS BOTÕES, NO LADO ESQUERDO DO PEITO CONTENDO BORDADO COM FORRO DO BRASÃO DO MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO NAS DIMENSÕES 6,5X7,5CM. CONFECCIONADA EM TECIDO MALHA PIQUET STRETCH PA COMPOSTA DE APROXIMADAMENTE 54% DE ALGODÃO, 44% DE POLIÉSTER, 2% ELASTANO E GRAMATURA EM TORNO DE 180G/M2. CONFECCIONADA COM PELO MENOS UMA PROVA ATÉ A ENTREGA.	UNIDADE	R\$ 55,99	R\$ 7.838,60



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

3	3	55	POLO FEMININA MANGA LONGA PERSONALIZADA: NA COR CINZA CLARO MESCLA, COM DETALHES EM AZUL CELESTE NA GOLA E PUNHOS, NO LADO ESQUERDO DO PEITO COM SUBLIMAÇÃO CONTENDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO NAS DIMENSÕES 6,5X7,5CM. CONFECCIONADA EM TECIDO COMPOSTO DE APROXIMADAMENTE 92% POLIÉSTER, 8% ELASTANO E GRAMATURA EM TORNO DE 150G/M2, COM PROTEÇÃO UV ENTRE 30 A 50 FPU. CONFECCIONADA COM PELO MENOS UMA PROVA ATÉ A ENTREGA.	UNIDADE	R\$ 69,06	R\$ 3.798,30
4	4	35	POLO MASCULINA MANGA LONGA PERSONALIZADA: NA COR CINZA CLARO MESCLA, COM DETALHES EM AZUL CELESTE NA GOLA E PUNHOS, NO LADO ESQUERDO DO PEITO COM SUBLIMAÇÃO CONTENDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO NAS DIMENSÕES 6,5X7,5CM. CONFECCIONADA EM TECIDO COMPOSTO DE APROXIMADAMENTE 92% POLIÉSTER, 8% ELASTANO E GRAMATURA EM TORNO DE 150G/M2, COM PROTEÇÃO UV ENTRE 30 A 50 FPU. CONFECCIONADA COM PELO MENOS UMA PROVA ATÉ A ENTREGA.	UNIDADE	R\$ 70,97	R\$ 2.483,95
5	5	6	POLO MASCULINA GRAFITE MANGA CURTA PERSONALIZADA: COR CINZA GRAFITE, COM DETALHES EM AZUL MARINHO NA GOLA E MANGAS, NO LADO ESQUERDO DO PEITO COM SERIGRAFIA CONTENDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO NAS DIMENSÕES 6,5X7,5CM. CONFECCIONADA EM MALHA PV COMPOSTA DE APROXIMADAMENTE 33% VISCOSE, 67% POLIÉSTER E GRAMATURA EM TORNO DE 150G/M2, COM TRATAMENTO ANTI PIILING. CONFECCIONADA COM PELO MENOS UMA PROVA ATÉ A ENTREGA.	UNIDADE	R\$ 53,69	R\$ 322,14



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

6	6	6	POLO MASCULINA GRAFITE MANGA LONGA PERSONALIZADA: COR CINZA GRAFITE, COM DETALHES EM AZUL MARINHO NA GOLA E PUNHOS, NO LADO ESQUERDO DO PEITO COM SERIGRAFIA CONTENDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO NAS DIMENSÕES 6,5X7,5CM. CONFECCIONADA EM MALHA PV COMPOSTA DE APROXIMADAMENTE 33% VISCOSE, 67% POLIÉSTER E GRAMATURA EM TORNO DE 150G/M2, COM TRATAMENTO ANTI PIILING. CONFECCIONADA COM PELO MENOS UMA PROVA ATÉ A ENTREGA.	UNIDADE	R\$ 69,85	R\$ 419,10
7	7	55	POLO REFLETIVA MANGA CURTA PERSONALIZADA: COR CINZA GRAFITE, COM DETALHES EM AZUL MARINHO NA GOLA E MANGAS, NO LADO ESQUERDO DO PEITO COM SERIGRAFIA CONTENDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO NAS DIMENSÕES 6,5X7,5CM. COM FAIXA REFLETIVA NO ABDOME COM ATÉ 5CM DE LARGURA. CONFECCIONADA EM MALHA PV COMPOSTA DE APROXIMADAMENTE 33% VISCOSE, 67% POLIÉSTER E GRAMATURA EM TORNO DE 150G/M2, COM TRATAMENTO ANTI PIILING. CONFECCIONADA COM PELO MENOS UMA PROVA ATÉ A ENTREGA.	UNIDADE	R\$ 60,14	R\$ 3.307,70
8	8	150	PRODUTO: POLO REFLETIVA MANGA LONGA PERSONALIZADA: COR CINZA GRAFITE, COM DETALHES EM AZUL MARINHO NA GOLA E PUNHOS, NO LADO ESQUERDO DO PEITO COM SUBLIMAÇÃO CONTENDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO NAS DIMENSÕES 6,5X7,5CM. COM FAIXA REFLETIVA NO ABDOME COM ATÉ 5CM DE LARGURA. CONFECCIONADA EM TECIDO COMPOSTO DE APROXIMADAMENTE 92% POLIÉSTER, 8% ELASTANO E GRAMATURA EM TORNO DE 150G/M2, COM PROTEÇÃO UV ENTRE 30 A 50 FPU. CONFECCIONADA COM PELO MENOS UMA PROVAS ATÉ A ENTREGA.	UNIDADE	R\$ 62,14	R\$ 9.321,00



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

9	9	25	JALECO MANGA LONGA PERSONALIZADO: NA COR BRANCA, COM OU SEM GOLA, COM MANGAS LONGAS, COM PUNHO EM MALHA DA MESMA COR, FECHAMENTO FRONTAL POR BOTÕES, COM DOIS BOLSOS GRANDES NA PARTE FRONTAL INFERIOR, COMPRIMENTO MÁXIMO ATÉ MEIA COXA, COM SERIGRAFIA CONTENDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO NAS DIMENSÕES 6,5X7,5CM NO LADO ESQUERDO DO PEITO. CONFECCIONADO EM TECIDO DE APROXIMADAMENTE 98% POLIÉSTER, 2% ELASTANO E GRAMATURA EM TORNO DE 130G/M2. CONFECCIONADO COM PELO MENOS UMA PROVA ATÉ A ENTREGA.	UNIDADE	R\$ 162,59	R\$ 4.064,75
10	10	150	JALECO MANGA CURTA PERSONALIZADO: NA COR BRANCA, COM DETALHES EM AZUL CELESTE NOS BOLSOS, SEM GOLA, COM FECHAMENTO FRONTAL POR BOTÕES, COM DOIS BOLSOS GRANDES NA PARTE FRONTAL INFERIOR, COM SERIGRAFIA CONTENDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO NAS DIMENSÕES 6,5X7,5CM NO LADO ESQUERDO DO PEITO. CONFECCIONADO EM TECIDO DE APROXIMADAMENTE 98% POLIÉSTER, 2% ELASTANO E GRAMATURA EM TORNO DE 130G/M2. CONFECCIONADO COM PELO MENOS UMA PROVA ATÉ A ENTREGA.	UNIDADE	R\$ 124,58	R\$ 18.687,00
11	11	3	JALECO GRAFITE PERSONALIZADO: NA COR GRAFITE, COM MANGAS LONGAS, COM PUNHO EM MALHA DA MESMA COR, FECHAMENTO FRONTAL POR BOTÕES, COM DOIS BOLSOS GRANDES NA PARTE FRONTAL INFERIOR, COMPRIMENTO MÁXIMO ATÉ MEIA COXA, COM SERIGRAFIA CONTENDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO NAS DIMENSÕES 6,5X7,5CM NO LADO ESQUERDO DO PEITO. CONFECCIONADO EM TECIDO DE APROXIMADAMENTE 80% ALGODÃO, 16% POLIÉSTER, 02% ELASTANO E GRAMATURA EM TORNO DE 250G/M2. CONFECCIONADO COM PELO MENOS UMA PROVA ATÉ A ENTREGA.	UNIDADE	R\$ 98,84	R\$ 296,52



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

12	12	160	CALÇA JEANS RETA MASCULINA TONALIDADE ESCURA, COM ELASTANO, COM FECHAMENTO FRONTAL POR MEIO DE ZÍPER E BOTÃO; COM PASSANTES PARA CINTA, COM REFORÇO ENTRE AS PERNAS, COM DOIS BOLSOS FRONTAIS RETOS, DOIS BOLSOS TRASEIROS CONFECCIONADA EM TECIDO : CORPO 98% ALGODAO + 2% ELASTANO - FORRO DE BOLSO 55% ALGODAO + 45% POLIESTER. TAMANHOS À DEFINIR CONFORME PROVA DE AMOSTRA.	UNIDADE	R\$ 107,64	R\$ 17.222,40
13	13	100	CALÇA JEANS RETA FEMININA NA COR TONALIDADE ESCURA, COM FECHAMENTO FRONTAL POR MEIO DE ZÍPER E BOTÃO; COM PASSANTES PARA CINTA, COM DOIS BOLSOS FRONTAIS RETOS E DOIS BOLSOS TRASEIROS. CONFECCIONADA EM TECIDO: CORPO 98% ALGODAO + 2% ELASTANO - FORRO DE BOLSO 55% ALGODAO + 45% POLIESTER. TAMANHOS À DEFINIR CONFORME PROVA DE AMOSTRAS.	UNIDADE	R\$ 102,96	R\$ 10.296,00
14	14	12	COLETE COR CAQUI CONFECCIONADO EM TECIDO TIPO RIP STOP COMPOSTO APROXIMADAMENTE DE 33% ALGODÃO E 67%POLIESTER. FRENTE COM FECHAMENTO ATÉ A EXTREMIDADE DA GOLA ATRAVÉS DE ZÍPER. NA PARTE SUPERIOR FRONTAL DOIS BOLSOS CHAPADOS COM LAPELA DE 5CM, COM APLICAÇÃO DE BORDADO DO BRASÃO DO MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO NAS DIMENSÕES 6,5X7,5CM. NA PARTE FRONTAL INFERIOR DOIS BOLSOS CARGO GRANDES, COM LAPELA FECHADA POR VELCRO. COM ACABAMENTO TIPO REVEL E FORRO EM TECIDO 100% POLIÉSTER ATÉ METADE DA ALTURA DAS COSTAS E A FRENTE COM FORRO EM RIP STOP COM BOLSO SUPERIOR EMBUTIDO DO LADO DIREITO FECHADO POR ZÍPER. COM APLICAÇÃO DE BORDADO CENTRALIZADO NAS COSTAS CONTENDO OS DIZERES: FISCAL DE OBRAS E POSTURAS OU VIGILÂNCIA EM SAÚDE OU MÉDICO VETERINÁRIO OU CONSELHO TUTELAR. NOS TAMANHOS DO PP AO G5.	UNIDADE	R\$ 226,78	R\$ 2.721,36



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

15	15	60	CAMISETA UNISEX MANGA CURTA: COR CINZA CLARO MESCLA, COM DETALHES EM AZUL CELESTE NA GOLA REDONDA E MANGAS, COM SERIGRAFIA CONTENDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO NAS DIMENSÕES 6,5X7,5CM NO LADO ESQUERDO DO PEITO E LADO DIREITO COM A PALAVRA ESTAGIÁRIO. CONFECCIONADA EM MALHA PV COMPOSTA DE APROXIMADAMENTE 33% VISCOSE, 67% POLIÉSTER E GRAMATURA EM TORNO DE 150G/M2, COM TRATAMENTO ANTI PIILING. TAMANHOS DO PP AO EXG.	UNIDADE	R\$ 44,82	R\$ 2.689,20
16	16	100	CAMISSETAS MANGA CURTA PROERD. CAMISSETAS CONFECCIONADAS EM MALHA SUBLIMADAS COM LOGO/DESENHOS E IDENTIFICAÇÃO ESCRITA DA ESCOLA MUNICIPAL MARECHAL DEODORO E PROERD. COR A DEFINIR. TAMANHOS: 12, 14, 16, P, M E G. COM TECIDO E MODELO A SER APROVADA PELA CONTRATANTE.	UNIDADE	R\$ 45,78	R\$ 4.578,00
17	17	100	CAMISETA CORO INFANTIL CAMISETA CONFECCIONADA EM TECIDO MALHA DRY UV 100% POLIESTER COM ELASTANO, EM COR A SER DEFINIDA PELO CONTRATANTE, COM BARRA DUPLA NA MANGA E PARTE INFERIOR DA CAMISETA, GOLA REDONDA COM DETALHE NA COR. BORDADO SUBLIMAÇÃO NA FRENTE E NAS COSTAS (CORAL INFANTO / JUVENIL VOZES DO CORAÇÃO NA FRENTE E NAS COSTAS A BANDEIRA DO MUNICÍPIO) TAMANHOS ENTRE 10 À 16, P, M G ADULTO.	UNIDADE	R\$ 47,02	R\$ 4.702,00
18	18	25	CAMISETA GRUPO SEM LIMITES, CONFECCIONADA EM TECIDO MALHA DRY UV 100% POLIÉSTER COM ELASTANO, NA COR VERDE E DETALHES NA COR VERMELHO, COM BARRA DUPLA NA MANGA E PARTE INFERIOR DA CAMISETA, GOLA REDONDA COM DETALHE NA COR VERMELHO NA FRENTE. CONFORME MODELO ANEXO. SUBLIMAÇÃO NA FRENTE E NAS COSTAS (GRUPO DE DANÇAS SEM LIMITES). TAMANHOS P, M, G E GG ADULTO. MODELO	UNIDADE	R\$ 51,40	R\$ 1.285,00



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

			A SER DEFINIDO PELO CONTRATANTE.			
19	19	20	CAMISETA GOLA PÓLO ORQUESTRA, MANGA CURTA MODELO SLIM FIT, COR A SER DEFINIDA PELO CONTRATANTE, COM DETALHES EM CORES DIFERENTES NA BAINHA DAS MANGAS E GOLA. CONFECCIONADA EM MALHA PIQUET COMPOSIÇÃO: 53% ALGODÃO 47% POLIÉSTER, COM BORDADO NA FRENTE (ORQUESTRA DE SOPROS) E NAS COSTAS (BRASÃO/BANDEIRA DO MUNICÍPIO. TAMANHOS P, M, G E GG ADULTO. COM MODELO A SER DEFINIDO PELO CONTRATANTE.	UNIDADE	R\$ 55,00	R\$ 1.100,00
20	20	25	CAMISETA GRUPO DE DANÇAS RODA ALEGRE. CAMISETA GOLA POLO MANGA CURTA MODELO SLIM FIT, CONFECCIONADAS SOB MEDIDA COM DETALHES EM CORES DIFERENTES NA BAINHA DUPLA DAS MANGAS E BAINHA DUPLA DO CORPO. CONFECCIONADAS EM MALHA PIQUET COMPOSIÇÃO: MALHA PIQUET INGLÊS 53% ALGODÃO E 47%POLIÉSTER NA COR ROXO E DETALHES AZALEIA. BORDADO NA FRENTE E NAS COSTAS. TAMANHOS P, M, G E GG ADULTO MODELO A SER DEFINIDO PELO CONTRATANTE.	UNIDADE	R\$ 53,16	R\$ 1.329,00
21	21	15	CAMISETA CORAL DA TERCEIRA IDADE. CAMISETA GOLA POLO MANGA CURTA MODELO SLIM FIT, CONFECCIONADAS SOB MEDIDA COM DETALHES EM CORES DIFERENTES NA BAINHA DUPLA DAS MANGAS E BAINHA DUPLA DO CORPO. CONFECCIONADAS EM MALHA PIQUET COMPOSIÇÃO: MALHA PIQUET INGLÊS 53% ALGODÃO E 47%POLIÉSTER NA COR BRANCA E DETALHES AZUL. BORDADO NA FRENTE E NAS COSTAS. TAMANHOS P, M, G E GG ADULTO MODELO A SER DEFINIDO PELO CONTRATANTE.	UNIDADE	R\$ 55,08	R\$ 826,20



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

22	22	50	CAMISETA CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA PESSOA IDOSA, CONFECCIONADA EM TECIDO MALHA DRY UV 100% POLIÉSTER COM ELASTANO, NA COR AZUL E DETALHES NA COR BRANCA, COM BARRA DUPLA NA MANGA E PARTE INFERIOR DA CAMISETA, GOLA REDONDA COM DETALHE NA COR BRANCA NA FRENTE. SUBLIMAÇÃO NA FRENTE E NAS COSTAS (CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA PESSOA IDOSA). TAMANHOS P, M, G E GG ADULTO. MODELO A SER DEFINIDO PELO CONTRATANTE.	UNIDADE	R\$ 53,70	R\$ 2.685,00
23	23	30	"CAMISETA GRUPO DE DANÇAS LEBEN SPÜR CAMISETA GOLA POLO MANGA CURTA MODELO SLIM FIT, CONFECCIONADAS SOB MEDIDA COM DETALHES EM CORES DIFERENTES NA BAINHA DUPLA DAS MANGAS E BAINHA DUPLA DO CORPO. MALHA PIQUET COMPOSIÇÃO: MALHA PIQUET INGLÊS 53% ALGODÃO E 47 % POLIÉSTER NA COR MESCLA MARINHO E DETALHES EM VERMELHO. BORDADO NA FRENTE E NAS COSTAS. TAMANHOS P, M, G E GG ADULTO COR E ARTE A SER DEFINIDO PELO CONTRATANTE."	UNIDADE	R\$ 56,65	R\$ 1.699,50
24	24	5	"UNIFORME MASCULINO PARA FANFARRA MUNICIPAL" (KIT CONTENDO: CALÇA E CAMISA SOCIAL DE MANGA COMPRIDA, SOB MEDIDA); CALÇA SOCIAL NA COR PRETA EM TECIDO MICROFIBRA, COM ZÍPER METÁLICO E BOTÃO COMBINANDO COM O ZÍPER PARA ABOTOAR NA CINTURA, CÓS COM ENTRETELA CONTENDO PASSADORES DE CINTA, COM 4 BOLSOS (2 NA FRENTE E 2 ATRÁS) E BARRA DE 10 CM. CAMISA MANGA LONGA NA COR BRANCA EM TECIDO ELASTON, COM FECHAMENTO EM ZÍPER METÁLICO DESTACÁVEL, COM 2 CARREIRAS DE BOTÕES DOURADOS PARA ENFEITE NAS LATERAIS DO ZÍPER, PUNHO PRETO COM 1 BOTÃO DOURADO, LAPELA DESTACÁVEL NO OMBRO NA COR PRETA COM 2 BOTÕES DOURADOS, GOLA DE	CONJUNTO	R\$ 400,16	R\$ 2.000,80



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

			PADRE, E O BRASÃO DO MUNICÍPIO BORDADO NO LADO ESQUERDO DA FRENTE NAS CORES OFICIAIS."			
25	25	5	"UNIFORME FEMININO PARA FANFARRA MUNICIPAL" (KIT CONTENDO: SAIA E CAMISA SOCIAL DE MANGA COMPRIDA, SOB MEDIDA); SAIA NA COR PRETA, EM TECIDO MICROFIBRA TODA PREGUEADA, CÓS COM ENTRETELA E BOTÃO PARA ABOTOAR NA CINTURA. INCLUINDO MEIA BRANCA COLEGIAL FEMININA 3/4, FIO 80. CAMISA MANGA LONGA NA COR BRANCA EM TECIDO ELASTON, COM FECHAMENTO EM ZÍPER METÁLICO DESTACÁVEL, E A BARRA DA CAMISA NA FRENTE DEVE SER CORTADA EM BICO (CONFORME A IMAGEM), COM DUAS CARREIRAS DE BOTÕES DOURADOS PARA ENFEITE NAS LATERAIS DO ZÍPER, PUNHO PRETO COM UM BOTÃO DOURADO, LAPELA DESTACÁVEL NO OMBRO NA COR PRETA COM DOIS BOTÕES DOURADOS, GOLA DE PADRE, E O BRASÃO DO MUNICÍPIO BORDADO NO LADO ESQUERDO DA FRENTE NAS CORES OFICIAIS."	CONJUNTO	R\$ 361,16	R\$ 1.805,80
26	26	23	CONJUNTO ESPORTIVO PARA VOLEIBOL ADULTO MASCULINO: COMPOSTO DE CAMISETA, TECIDO HELANCA LIGHT DRY 100% POLIÉSTER E ESTAMPA SUBLIMADA DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA SECRETARIA (EX.: COR, BRASÃO, NÚMERO, NOME DO MUNICÍPIO), SENDO 02 (DUAS) PARA LÍBERO, CONTENDO ESTAMPA DIFERENTE DAS DEMAIS. E 05 (CINCO) DELAS COM ESTAMPA DIFERENTE PARA COMISSÃO TÉCNICA. SHORTS TECIDO 96% POLIÉSTER, 4% ELASTANO, 150 GRAMATURA, E COR E/OU ESTAMPA SUBLIMADA DE ACORDO COM NECESSIDADE DA SECRETARIA; COM CÓS CONTENDO ELÁSTICO DE 03 CM DE LARGURA, PRESO COM 04 (QUATRO) COSTURAS, COM CORDÃO INTERNO 100% POLIÉSTER. E 01 PAR DE MEIÃO NA COR BRANCA, CUJA COMPOSIÇÃO SEJA PELO MENOS DE 52% POLIAMIDA, 31%	CONJUNTO	R\$ 120,21	R\$ 2.764,83



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

			ALGODÃO, POLIÉSTER E ELASTANO, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A PENALTY, NOS TAMANHOS DO 37 A 42. CAMISETAS E BERMUDAS NOS TAMANHOS P AO XG CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA.			
27	27	18	CONJUNTO ESPORTIVO PARA VOLEIBOL JUVENIL FEMININO: COMPOSTO DE CAMISETA BABYLOOK TECIDO HELANCA LIGHT DRY 100% POLIÉSTER, COM PROTEÇÃO UV FATOR 50 E ESTAMPA SUBLIMADA DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA SECRETARIA (EX.: COR, BRASÃO, NÚMERO, NOME DO MUNICÍPIO), SENDO 02 (DUAS) PARA LÍBERO, CONTENDO ESTAMPA DIFERENTE DAS DEMAIS. SHORTS EM TECIDO SUPLEX NA COR PRETA 80% A 88% POLIAMIDA E 12% A 20% ELASTANO COM GRAMATURA DE 355G A 370G/M2, CÓS PADRÃO DE 5CM, COM ELÁSTICO INTERNO; MEIA BRANCA SOQUETE CANO ALTO ATOALHADA, NUMERO 35 A 40. CAMISETAS E BERMUDAS NOS TAMANHOS PP AO GG, CONFORME NECESSIDADE	CONJUNTO	R\$ 132,20	R\$ 2.379,60
28	28	18	CONJUNTO ESPORTIVO PARA VOLEIBOL INFANTIL FEMININO: COMPOSTO DE CAMISETA BABYLOOK TECIDO HELANCA LIGHT DRY 100% POLIÉSTER, ESTAMPA SUBLIMADA DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA SECRETARIA (EX.: COR, BRASÃO, NÚMERO, NOME DO MUNICÍPIO), SENDO 02 (DUAS) PARA LÍBERO, CONTENDO ESTAMPA DIFERENTE DAS DEMAIS. SHORTS EM TECIDO SUPLEX NA COR PRETA 80 A 88% POLIAMIDA E 12 A 20% ELASTANO COM GRAMATURA 355G A 370G/M2, CÓS PADRÃO DE 4CM, COM ELÁSTICO INTERNO; MEIA BRANCA SOQUETE CANO ALTO ATOALHADA, NUMERO 28 A 35. CAMISETAS E BERMUDAS NOS TAMANHOS 08, 10, 12,14, 16, P E M, CONFORME NECESSIDADE	CONJUNTO	R\$ 95,28	R\$ 1.715,04



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

29	29	25	COLANT PARA APRESENTAÇÃO DE GINÁSTICA RÍTMICA. CONFECCIONADO SOB MEDIDA EM LYCRA CIRRE E TULE SEGUNDA PELE, MANGA CURTA. COM APLICAÇÃO DE 1.000 PEDRAS CONFORME MODELO DEFINIDO. PINTURA A E ACABAMENTO A MÃO. TAMANHOS DIVERSOS DESDE 08, 10,12, 14, 16, 18, COMPREENDENDO MIRIM, INFANTIL E JUVENIL. ARTE E MODELO DEVERÁ SER DESENVOLVIDA PELA EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME E TER PRÉ APROVAÇÃO DA SECRETARIA SOLICITANTE.	UNIDADE	R\$ 393,81	R\$ 9.845,25
30	30	325	CAMISETAS DE TAMANHOS VARIADOS (8, 10, 12, 14 E 16), CAMISETA, CONFECCIONADAS EM TECIDO HELANCA LIGHT DRY 100% POLIÉSTER, COM ESTAMPA SUBLIMADA, CUJA ESTAMPA DEVERÁ SER DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA SECRETARIA (EX.: BRASÕES, NÚMERO E NOME DO MUNICÍPIO).	UNIDADE	R\$ 41,19	R\$ 13.386,75
31	31	225	CAMISETAS DE TAMANHOS VARIADOS (PP, P, M, E G), CAMISETA, CONFECCIONADAS EM TECIDO HELANCA LIGHT DRY 100% POLIÉSTER, COM ESTAMPA SUBLIMADA, CUJA ESTAMPA DEVERÁ SER DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA SECRETARIA (EX.: BRASÕES, NÚMERO E NOME DO MUNICÍPIO).	UNIDADE	R\$ 44,53	R\$ 10.019,25
32	32	60	PAR DE MEIÃO CUJA COMPOSIÇÃO SEJA PELO MENOS 52% POLIAMIDA, 31% ALGODÃO, POLIÉSTER E ELASTANO, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A PENALTY, NOS TAMANHOS 37 A 42. COR A DEFINIR PELA SECRETARIA.	PARES	R\$ 20,37	R\$ 1.222,20



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

33	33	25	<p>KIMONO COMPLETO PARA PRÁTICA DE JUDÔ (JUDOJI): KIMONO COMPLETO DESTINADO À PRÁTICA ESPORTIVA DE JUDÔ, COMPOSTO OBRIGATORIAMENTE POR JAQUETA (UWAGI), CALÇA (SHITABAKI) E FAIXA (OBI), CONFECCIONADO EM TECIDO RESISTENTE DE ALGODÃO (MÍNIMO DE 80% DE ALGODÃO), ADEQUADO PARA TREINAMENTO REGULAR DA MODALIDADE, DEVENDO APRESENTAR ALTA RESISTÊNCIA À TRAÇÃO, ABRASÃO E RASGO, SUPORTANDO AS EXIGÊNCIAS FÍSICAS DA PRÁTICA DO JUDÔ. O PRODUTO DEVERÁ TER ACABAMENTO REFORÇADO E COSTURAS APROPRIADAS PARA ESPORTES DE CONTATO. A JAQUETA DEVERÁ APRESENTAR AS SEGUINTESS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: CONFECCIONADA EM TECIDO TRANÇADO TIPO "GRÃO DE ARROZ" (RICE WEAVE), TRANÇADO SIMPLES OU DUPLO, PRÓPRIO PARA JUDÔ; GRAMATURA MÍNIMA DO TECIDO: 450 G/M². GOLA REFORÇADA, COM ENCHIMENTO INTERNO E MÍNIMO DE 6 COSTURAS PARALELAS, GARANTINDO MAIOR RIGIDEZ E RESISTÊNCIA. REFORÇO ESTRUTURAL NAS ÁREAS DE MAIOR TENSÃO, INCLUINDO OBRIGATORIAMENTE: OMBROS, AXILAS, LATERAIS DA JAQUETA E ABERTURA INFERIOR. COSTURA DUPLA OU TRIPLA NAS REGIÕES ESTRUTURAISS. MANGAS REFORÇADAS, COM ACABAMENTO RESISTENTE E ESPAÇO ADEQUADO PARA PEGADA. ABERTURAS LATERAIS REFORÇADAS PARA MOBILIDADE DO ATLETA. REFORÇO INTERNO NAS AXILAS E COSTURA DE UNIÃO DO TRONCO. A CALÇA DEVERÁ POSSUIR: CONFECCIONADA EM TECIDO RESISTENTE DE ALGODÃO OU MISTO, ADEQUADO PARA ESPORTES DE CONTATO. GRAMATURA MÍNIMA: 250 G/M². REFORÇO DUPLO NA REGIÃO DOS JOELHOS, ABRANGENDO ÁREA FRONTAL AMPLA. COSTURAS REFORÇADAS, PREFERENCIALMENTE DUPLAS OU TRIPLAS. SISTEMA DE AJUSTE POR CORDÃO INTERNO</p>	CONJUNTO	R\$ 368,12	R\$ 9.203,00
----	----	----	---	----------	---------------	--------------



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

			REFORÇADO OU ELÁSTICO COM CORDÃO DE SEGURANÇA. BARRAS COM ACABAMENTO REFORÇADO PARA EVITAR DESGASTE PREMATURO. ESPECIFICAÇÕES DA FAIXA (OBI): CONFECCIONADA EM TECIDO DE ALGODÃO RESISTENTE. LARGURA APROXIMADA ENTRE 4 CM E 5 CM. COSTURAS LONGITUDINAIS MÚLTIPLAS AO LONGO DE TODA A EXTENSÃO. COMPRIMENTO COMPATÍVEL COM O TAMANHO DO KIMONO FORNECIDO. CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE - O CONJUNTO DEVERÁ APRESENTAR: ALTA RESISTÊNCIA À TRAÇÃO, RASGO E ABRASÃO. COSTURAS REFORÇADAS NOS PONTOS ESTRUTURAIS. ACABAMENTO SEM FIOS SOLTOS OU FALHAS DE COSTURA. ENCOLHIMENTO MÁXIMO APÓS LAVAGEM: 5%. TECIDO COM BOA RESPIRABILIDADE E CONFORTO TÉRMICO. COR BRANCO. TAMANHO: DEVERÃO SER DISPONIBILIZADOS TAMANHOS VARIADOS, NO MÍNIMO ENTRE: A0, A1, A2, A3, A4 E A5, OU EQUIVALENTES, CONFORME TABELA DO FABRICANTE. A CONTRATANTE PODERÁ SOLICITAR DISTRIBUIÇÃO DOS TAMANHOS CONFORME NECESSIDADE. NÃO SERÃO ACEITOS KIMONOS CONFECCIONADOS EM TECIDO TIPO BRIM SIMPLES OU TECIDOS NÃO TRANÇADOS ESPECÍFICOS PARA JUDÔ.			
34	34	5	BANDEIRA OFICIAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, CONFECCIONADA EM TECIDO 100% POLIÉSTER, MEDIDA DOIS PANOS (0,90 X 1,28M), MODELO DUPLA FACE BORDADA COM PONTO CHEIO APLICADAS EM TECIDO SOBRE TECIDO, COM MALHA BLOQUEADA, TARJA/TALHA COM DOIS ILHOSES DE LATÃO E COM COSTURA REFORÇADA NAS BORDAS.	UNIDADE	R\$ 206,66	R\$ 1.033,30
35	35	5	BANDEIRA OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ, CONFECCIONADA EM TECIDO 100% POLIÉSTER, MEDIDA DOIS PANOS (0,90 X 1,28M), MODELO DUPLA FACE BORDADA COM PONTO CHEIO APLICADAS EM TECIDO SOBRE TECIDO, COM MALHA BLOQUEADA,	UNIDADE	R\$ 209,34	R\$ 1.046,70



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

			TARJA/TALHA COM DOIS ILHOSES DE LATÃO E COM COSTURA REFORÇADA NAS BORDAS.			
36	36	8	BANDEIRA OFICIAL DO MUNICIPIO DE PATO BRAGADO-PR, CONFECCIONADA EM TECIDO 100% POLIÉSTER, MEDIDA DOIS PANOS (0,90 X 1,28M), MODELO DUPLA FACE BORDADA COM PONTO CHEIO APLICADAS EM TECIDO SOBRE TECIDO, COM MALHA BLOQUEADA, TARJA/TALHA COM DOIS ILHOSES DE LATÃO E COM COSTURA REFORÇADA NAS BORDAS.	UNIDADE	R\$ 240,56	R\$ 1.924,48
37	37	5	BANDEIRA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, CONFECCIONADA EM TECIDO 100% POLIÉSTER, MEDIDA 6 PANOS (2,70 X 3,85M), MODELO SUBLIMAÇÃO DUPLA FACE EM TECIDO SOBRE TECIDO, COM MALHA BLOQUEADA, TARJA/TALHA COM QUATRO ILHOSES DE LATÃO E COM COSTURA REFORÇADA NAS BORDAS	UNIDADE	R\$ 447,94	R\$ 2.239,70
38	38	5	BANDEIRA OFICIAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, CONFECCIONADA EM TECIDO 100% POLIÉSTER, MEDIDA DOIS PANOS (0,90 X 1,28M), MODELO DUPLA FACE SUBLIMADAS EM TECIDO SOBRE TECIDO, COM MALHA BLOQUEADA, TARJA/TALHA COM DOIS ILHOSES DE LATÃO E COM COSTURA REFORÇADA NAS BORDAS.	UNIDADE	R\$ 198,92	R\$ 994,60
39	39	5	BANDEIRA OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ, CONFECCIONADA EM TECIDO 100% POLIÉSTER, MEDIDA EM DOIS PANOS (0,90 X 1,28M), MODELO SUBLIMAÇÃO DUPLA FACE EM TECIDO SOBRE TECIDO, COM MALHA BLOQUEADA, TARJA/TALHA COM DOIS ILHOSES DE LATÃO E COM COSTURA REFORÇADA NAS BORDAS.	UNIDADE	R\$ 191,91	R\$ 959,55
40	40	5	TRAJE TÍPICO INFANTIL ALEMÃO FEMININO, COMPOSTO POR BLUSINHA CIGANINHA EM CETIM COM DETALHES EM RENDA, SAIA EM OXFORD COM DETALHES EM AMARELO OURO, VERMELHO, VIÉS ESTAMPADO E BORDADO INGLÊS, CORSELET 94% POLIAMIDA COM 6% DE ELASTANO, MEIAS BRANCAS NA ALTURA DOS JOELHOS,	UNIDADE	R\$ 227,67	R\$ 1.138,35



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

			TAMANHOS CONFORME SOLICITAÇÃO POR PARTE DO CONTRATANTE.			
41	41	5	TRAJE INFANTIL ALEMÃO MASCULINO COMPOSTO POR UMA CAMISA BRANCA NO TECIDO MICROFIBRA; JARDINEIRA EM TECIDO OXFORD COM DETALHES EM AMARELO OURO, VERMELHO, VIÉS ESTAMPADO, MEIAS BRANCAS NA ALTURA DO JOELHO, TAMANHOS CONFORME SOLICITAÇÃO POR PARTE DO CONTRATANTE.	UNIDADE	R\$ 210,09	R\$ 1.050,45
42	42	400	TECIDO PANO DE COPA ALVEJADO, COR BRANCA, LARG 70CM, 100% ALGODÃO DE EXCELENTE QUALIDADE.	METRO	R\$ 13,78	R\$ 5.512,00
43	43	350	TECIDO FELPUDO PARA TOALHA DE BANHO LARG. 1.40 CM GRAMATURA MÍNIMA 258 G/M ² , FIO 100% ALGODÃO CORES A ESCOLHA DO CONTRATANTE.	METRO	R\$ 31,93	R\$ 11.175,50
44	44	130	TECIDO FRALDA ESTAMPADO, DUPLA CAMADA, 100% ALGODÃO ORGÂNICO LARG. 1.40MT, COR E ESTAMPA ESCOLHA DO CONTRATANTE.	METRO	R\$ 20,91	R\$ 2.718,30
45	45	130	TECIDO FRALDA DUPLA CAMADA, 100% ALGODÃO ORGÂNICO LARG. 1.40MT, DE EXCELENTE QUALIDADE.	METRO	R\$ 20,03	R\$ 2.603,90
46	46	80	TECIDO DE BRIM PESADO COMPOSTO POR 80% POLIÉSTER E 20% ALGOSÃO, GRAMATUR DE 240, COM 1,60M DE LARGURA. CORES BRANCO E CREME.	UNIDADE	R\$ 31,43	R\$ 2.514,40
47	47	850	TECIDO MALHA HELANCA, COMPOSIÇÃO 100% EM POLIÉSTER, MALHA BASTANTE MALEÁVEL, COM EXCELENTE ELASTICIDADE E FLEXIBILIDADE; MÍNIMO 1,80M DE LARGURA. CORES A ESCOLHA DO CONTRATANTE.	METRO	R\$ 13,72	R\$ 11.662,00
48	48	100	TECIDO DE MALHA DE ALGODÃO FIO 30.1 LISO, 100% ALGODÃO, LARGURA 1,50M; COR A DEFINIR PELO CONTRATANTE CONFORME A NECESSIDADE PARA A PRODUÇÃO DE FIGURINOS, DOS ESPETACULOS DESENVOLVIDOS PELAS	METRO	R\$ 38,18	R\$ 3.818,00



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

			OFICINAS DO DEPARTAMENTO DE CULTURA.			
49	49	780	TECIDO OXFORD LARG. 3MT, COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER. CORES A ESCOLHA DO CONTRATANTE.	METRO	R\$ 19,07	R\$ 14.874,60
50	50	100	TECIDO PARA BORDADO VAGONITE E PONTO CRUZ BRANCO, 100% ALGODÃO, C/ 1,40 LARGURA.	METRO	R\$ 36,16	R\$ 3.616,00
51	51	150	TECIDO XADREZ PARA BORDADO, 1,40 M DE LARGURA, 100% ALGODÃO.	METRO	R\$ 39,92	R\$ 5.988,00
52	52	80	TOALHA PLÁSTICA P/ MESA , MEDINDO DE LARGURA 140CM COM PAPEL - COMPOSIÇÃO: 100%PVC ESPESSURA DO MATERIAL 0,15MM.	METRO	R\$ 18,86	R\$ 1.508,80
53	53	100	TECIDO TRICOLINE ESTAMPADO PARA PATCHWORK, ARTESANATO EM GERAL, DECORAÇÃO, CONFECÇÃO DE ROUPAS. LARGURA: 1,50M , COMPOSIÇÃO: TRICOLINE 100% ALGODÃO, ORIGEM: NACIONAL ESTAMPAS FLORAIS, FIGURAS NATALINAS E POÁ DIVERSOS, CORES E ESTAMPAS, ESCOLHA DO CONTRATANTE.	METRO	R\$ 39,02	R\$ 3.902,00
54	54	200	TECIDO EM JUTA 100% JUTA, 1,00M DE LARGURA, INDICADO PARA ARTESANATO. TRAMA FECHADA DE FIBRA NATURAL, LONGA, RESISTENTE E 100% BIODEGRADÁVEL.	METRO	R\$ 20,90	R\$ 4.180,00
55	55	20	TECIDO FELTRO COM LARGURA: 1,40M, COMPOSIÇÃO: 100%POLIÉSTER, GRAMATURA: 135 G/M ² , CORES ESCOLHA DO CONTRATANTE.	METRO	R\$ 25,25	R\$ 505,00
56	56	10	BOBINA CARRETILHA DE METAL MÁQUINA RETA INDUSTRIAL	UNIDADE	R\$ 2,51	R\$ 25,10
57	57	10	ARAME ENCAPADO PARA ARTESANATO Nº 24 OU Nº 26, ROLO COM 6 METROS, COR VERDE	UNIDADE	R\$ 20,90	R\$ 209,00
58	58	45	BARBANTE Nº 6 NAS CORES: CRU, COLORIDO E MESCLADO, ROLO COM 600 GR. CORES ESCOLHA DO CONTRATANTE	ROLO	R\$ 25,13	R\$ 1.130,85
59	59	80	LINHA DE CROCHÊ 100% ALGODÃO MERCERIZADA. ROLO COM 1000MT, CORES ESCOLHA DO CONTRATANTE.	UNIDADE	R\$ 34,04	R\$ 2.723,20



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

60	60	2	FIO DE SISAL TORCIDO 100% ESPESSURA DE 2MM COM 100 METROS.	ROLO	R\$ 31,09	R\$ 62,18
61	61	100	LINHA DE COSTURA P/ MAQUINA RETA INDUSTRIAL 120 POLIESTER COM 5.000 METROS, CORES A ESCOLHA DO CONTRATANTE	UNIDADE	R\$ 15,19	R\$ 1.519,00
62	62	60	LINHA PARA BORDADO NOVELO CONTENDO NO MÍNIMO 65 M, FIO 100 % ALGODÃO DUPLAMENTE MERCERIZADO, CORES A ESCOLHA DO CONTRATANTE, INCLUINDO MESCLADAS E LISAS.	ROLO	R\$ 17,56	R\$ 1.053,60
63	63	70	LINHA DE COSTURA PARA OVERLOK, 100% POLIÉSTER, FIO LUBRIFICADO, 2000 JARDAS, CORES A ESCOLHA DO CONTRATANTE	UNIDADE	R\$ 20,03	R\$ 1.402,10
64	64	500	FECHO DE CONTATO (ZÍPER VELCRO) COMPOSIÇÃO 40% POLIAMIDA 60% POLIÉSTER, DUPLO, PEÇA 25M, LARG 20MM.	PEÇA	R\$ 44,42	R\$ 22.210,00
65	65	200	RENDA PASSA FITA BORDADA PEÇA COM 13,70M E 2 CM DE LARG , CONFECCIONADA EM 90 % POLIÉSTER 10% ALGODÃO, CORES A ESCOLHA DO CONTRATANTE.	PEÇA	R\$ 25,24	R\$ 5.048,00
66	66	150	RENDA BRODERI ESTREITA, COM DETALHES BORDADOS, LARG. 5CM COM 13.71M A PEÇA E CORES A ESCOLHA DO CONTRATANTE	PEÇA	R\$ 24,88	R\$ 3.732,00
67	67	60	FITA DE CETIM N º 1, 7 MM COM 100 METROS DIVERSAS CORES	UNIDADE	R\$ 16,89	R\$ 1.013,40
68	68	80	TRANCELIM SIANINHA LARGA 9MMX10M, COMPOSIÇÃO 100% VISCOSE, CORES A DEFINIR PELA CONTRATANTE.	PEÇA	R\$ 16,86	R\$ 1.348,80
69	69	22	AGULHA PARA MÁQUINA INDUSTRIAL RETA (CABO FINO). NUMERAÇÃO 75/11 80/12 90/14 PACOTE C/10 UNIDADES	PACOTE	R\$ 24,93	R\$ 548,46
70	70	20	AGULHA PARA MÁQUINA INDUSTRIAL OVERLOCK. NUMERAÇÃO 75/11 80/12 90/14 PACOTE C/10 UNIDADES	PACOTE	R\$ 32,05	R\$ 641,00
71	71	30	AGULHA DE BORDAR A MÃO NÚMERO NUMERO 22 SEM PONTA NIQUELADA, PACOTE COM 10 UNIDADES AGULHA DE BORDAR A MÃO NÚMERO NUMERO 22 SEM PONTA NIQUELADA, PACOTES COM 10 UNIDADES.	PACOTE	R\$ 19,34	R\$ 580,20
72	72	21	ELÁSTICO ESTREITO Nº 14, 9MM, 72% ALGODÃO 28% ELASTADIENO, ROLO COM	ROLO	R\$ 47,51	R\$ 997,71



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

			100 MTS, COR A ESCOLHA DO CONTRATANTE.			
73	73	39	ELÁSTICO GROSSO CHATO 40MM, 69% POLIÉSTER 31% ELASTANO, ROLO COM 25 MTS	ROLO	R\$ 40,48	R\$ 1.578,72
74	74	40	LASTEX 58% ESLASTODIENO, 42% POLIÉSTER, COM 10 METROS DE COMPRIMENTO; CORES A ESCOLHA DO SOLICITANTE.	UNIDADE	R\$ 2,42	R\$ 96,80
75	75	30	ARGOLA ACRÍLICO TRANSPARENTE PEQUENA DIMENSÃO 25MM/30MM	UNIDADE	R\$ 1,04	R\$ 31,20
76	76	30	ARGOLA ACRILICO TRANSPARENTE MÉDIA DIMENSÃO, 75 MM.	UNIDADE	R\$ 2,16	R\$ 64,80
77	77	30	ARGOLA ACRÍLICO TRANSPARENTE GRANDE DIMENSÃO 20CM TAMANHO TOTAL, 17,6CM DIÂMETRO INTERNO E 1,5CM ESPESSURA .	UNIDADE	R\$ 10,11	R\$ 303,30
78	78	20	MIÇANGAS FORMATOS E CORES DIVERSAS TAMANHOS 08MM, 10 MM; QUALIDADE ABS (NÃO DESCASCA); PACOTE COM 100 GRAMAS CADA .	PACOTE	R\$ 26,16	R\$ 523,20
79	79	10	FITA DE GORGORÃO ESTAMPADA 38 MM ROLO COM 10 METROS, DIVERSAS ESTAMPAS A ESCOLHA DO CONTRATANTE.	ROLO	R\$ 26,59	R\$ 265,90
80	80	10	MEIA PÉROLA 10 MM COM 500 GR CORES DIVERSAS	PACOTE	R\$ 50,48	R\$ 504,80
81	81	10	MEIA PÉROLA 12 MM COM 500 GR CORES DIVERSAS	PACOTE	R\$ 53,03	R\$ 530,30
82	82	10	MEIA PÉROLA PARA COLAGEM EM ARTESANATO, 50GR CADA PACOTE 6MM , NAS CORES ROSA, AZUL, AMARELO E PÉROLA	PACOTE	R\$ 15,36	R\$ 153,60
83	83	20	PISTILHO ARAME, 10 CM DE ALTURA, MAÇO COM 100 UNIDADES, COR A DEFINIR PELO CONTRATANTE.	UNIDADE	R\$ 20,76	R\$ 415,20
84	84	6	MANTA EM STRASS TERMO COLANTE 1,20 X 45 CM	PEÇA	R\$ 166,55	R\$ 999,30
85	85	3	PAPEL CARBONO, TAMANHO A4 , CORES DIVERSAS CAIXA COM 100 FOLHAS	CAIXA	R\$ 76,70	R\$ 230,10
86	86	10	CANETA PARA TECIDO COM TINTA DE ALTA FIXAÇÃO E RESISTENTE À AGUA, CORES VARIADAS.	UNIDADE	R\$ 14,14	R\$ 141,40



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

87	87	50	FOLHA DE ÍMÃ A4, EM TIRAS AUTOADESIVAS. TAMANHO MÍNIMO DE CADA TIRA 20X50MM, E COM ESPESSURA ENTRE 0,3MM E 0,8MM. FABRICADO COM FERRITE DE ESTRÔNCIO E MATERIAL PLÁSTICO FLEXÍVEL ALÉM DE ACOMPANHAR AUTOADESIVO NO VERSO.	UNIDADE	R\$ 30,87	R\$ 1.543,50
88	88	30	CAIXA DE MADEIRA EM MDF - PORTA CONTROLE COM 3 DIVISÓRIAS 15X10 CM	UNIDADE	R\$ 13,84	R\$ 415,20
89	89	50	CAIXA MDF - 15X15 COM 7 CM DE PROFUNDIDADE COM TAMPA	UNIDADE	R\$ 14,06	R\$ 703,00
90	90	50	CAIXA MDF - 15X15 COM 5 CM DE PROFUNDIDADE COM TAMPA	UNIDADE	R\$ 13,62	R\$ 681,00
91	91	50	CAIXA MDF - 20X20 COM 7 CM DE PROFUNDIDADE COM TAMPA	UNIDADE	R\$ 17,79	R\$ 889,50
92	92	50	CAIXA MDF - 12X12 COM 5 CM DE PROFUNDIDADE COM TAMPA	UNIDADE	R\$ 10,61	R\$ 530,50
93	93	20	VERNIZ SPRAY BRILHANTE OU FOSCO, 400 ML, PARA PROTEGER E EMBELEZAR ARTESANATOS EM GERAL E USO PROFISSIONAL, INDICADA PARA USO NOS MAIS DIVERSOS TIPOS DE PINTURA, TANTO EM AMBIENTE EXTERNO COMO INTERNO GARANTINDO UMA BOA COBERTURA E ACABAMENTO UTILIZADA EM VÁRIAS SUPERFÍCIES COMO METAIS (AÇO, COBRE, ALUMÍNIO, LATÃO, GALVANIZADO E FERRO) PAPEL MADEIRA ALVENARIA CERÂMICA E GESSO	UNIDADE	R\$ 28,73	R\$ 574,60
94	94	10	VERNIZ ACRÍLICO BRILHANTE TUBO COM 500ML	UNIDADE	R\$ 63,43	R\$ 634,30
95	95	10	MULTCOLAGE COLA GEL PARA DECOUPAGE 120G, CARACTERÍSTICAS: - PARA COLAR, IMPERMEABILIZAR E FAZER TRABALHOS DE DÉCOUPAGE	UNIDADE	R\$ 19,80	R\$ 198,00
96	96	50	FOLHA DE PAPEL DECOUPAGE 49X34 CM VARIAS ESTAMPAS	UNIDADE	R\$ 7,20	R\$ 360,00
97	97	20	TINTA DIMENSIONAL GLITTER 3D RELEVO, 35ML, É BASTANTE VERSÁTIL, E PODE SER APLICADA SOBRE DIVERSOS MATERIAIS, INCLUSIVE SOBRE TECIDOS. RESISTENTE A LAVAGENS E NÃO TÓXICA. CORES A ESCOLHA DO CONTRATANTE	UNIDADE	R\$ 17,19	R\$ 343,80



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

98	98	2.000	TINTA PARA TECIDO 37 ML ((1,25 FL.OZ) À BASE DE RESINA ACRÍLICA, NÃO TÓXICA E SOLÚVEL EM ÁGUA RESISTENTES A LAVAGENS E TODAS AS CORES SÃO MISCÍVEIS ENTRE SI. CORES A ESCOLHA DO CONTRATANTE	UNIDADE	R\$ 7,78	R\$ 15,56
99	99	10	COLA TIPO SILICONE PARA ARTESANATO SEM METANOL TUBO COM 100 ML	UNIDADE	R\$ 10,45	R\$ 104,50
100	100	10	HIDRO BETUME 100 ML	FRASCO	R\$ 13,40	R\$ 134,00
101	101	5	VERNIZ VITRAL PARA ARTESANATO , TUBO DE 37 ML CORES DIVERSAS.	TUBO	R\$ 12,32	R\$ 61,60
102	102	30	TINTA PVA , PARA ARTESANATO, CORES DIVERSAS , TUBO COM 100 ML	TUBO	R\$ 13,11	R\$ 393,30
103	103	30	PINCEL PARA PINTURA CHATO Nº 10 E 12	UNIDADE	R\$ 3,83	R\$ 114,90
104	104	50	PINCEL P/ PINTURA CHATO Nº 16 E 18.	UNIDADE	R\$ 5,73	R\$ 286,50
105	105	30	PINCEL P/ PINTURA CHATO Nº 20	UNIDADE	R\$ 8,72	R\$ 261,60
106	106	30	PINCEL P/ PINTURA EM TECIDO, REDONDO, PELOS LONGOS E CHATOS, VIOLA DE ALUMÍNIO, CABO LONGO Nº12 E Nº18	UNIDADE	R\$ 10,00	R\$ 300,00
107	107	30	PINCEL P/ PINTURA EM TECIDO, REDONDO, PELOS LONGOS E CHATOS, VIOLA DE ALUMÍNIO, CABO LONGO Nº4 E Nº6	UNIDADE	R\$ 5,86	R\$ 175,80
108	108	30	PINCEL P/ PINTURA EM TECIDO, REDONDO, PELOS LONGOS E CHATOS, VIOLA DE ALUMÍNIO, CABO LONGO Nº0 E Nº 2	UNIDADE	R\$ 7,19	R\$ 215,70
109	109	5	PINCEL MARCADOR PARA TECIDO TÊXTIL - COR PRETO	UNIDADE	R\$ 6,31	R\$ 31,55
110	110	105	FITA DE CETIM 100% POLIÉSTER, 10 MM C/ 50MTS CORES A DEFINIR	ROLO	R\$ 28,71	R\$ 3.014,55
111	111	105	FITA DE CETIM 100% POLIÉSTER, 50 MM C/ 50MTS CORES A DEFINIR	ROLO	R\$ 55,31	R\$ 5.807,55
112	112	105	FITA DE CETIM 22MM - 50 METROS CORES DIVERSAS.	ROLO	R\$ 37,54	R\$ 3.941,70
113	113	105	FITA DE CETIM 07MM, ROLO COM 100 METROS, CORES A DEFINI	ROLO	R\$ 19,51	R\$ 2.048,55
114	114	180	TNT DIVERSAS CORES ROLO DE 50 X 1,40 METROS	UNIDADE	R\$ 117,72	R\$ 21.189,60
115	115	60	TNT ESTAMPADO ROLO COM 50 X 1,40 METROS	UNIDADE	R\$ 317,66	R\$ 19.059,60
116	116	2	OLHOS MÓVEIS NÚMERO 12, PACOTE COM 100 UNIDADES.	PACOTE	R\$ 15,13	R\$ 30,26
117	117	2	OLHOS CASCA PVC NÚMERO 01, PARA USO EM ARTESANATO. MEDIDAS: 1,3CM DE ALTURA X 1,0 CM DE LARGURA. PACOTE COM 100 UNIDADES.	PACOTE	R\$ 15,56	R\$ 31,12



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

118	118	2	OLHOS MÓVEIS NÚMERO 10, PACOTE COM 100 UNIDADES.	PACOTE	R\$ 18,09	R\$ 36,18
119	119	2	OLHOS CASCA PVC NÚMERO 02, PARA USO EM ARTESANATO. MEDIDAS: 1,5 CM DE ALTURA X 1,2 CM DE LARGURA. PACOTE COM 100 UNIDADES.	PACOTE	R\$ 18,39	R\$ 36,78
120	120	80	TELA PARA PINTURA MEDINDO 40CM X 50 CM, ESTRUTURA EM MADEIRA PINUS TRATADA E CERTIFICADA, PROVENIENTE DE REFLORESTAMENTO, TECIDO DE ALTA QUALIDADE 100% ALGODÃO GRAMATURA DE 264,7 G/M ² O QUE RESULTA EM ÓTIMO QUALIDADE NA PINTURA, RENDIMENTO DA TINTA E CONSERVAÇÃO DOS PINCÉIS	UNIDADE	R\$ 35,59	R\$ 2.847,20
121	121	30	TELA PARA PINTURA MEDINDO 20CM X 30 CM, ESTRUTURA EM MADEIRA PINUS TRATADA E CERTIFICADA, PROVENIENTE DE REFLORESTAMENTO, TECIDO DE ALTA QUALIDADE 100% ALGODÃO GRAMATURA DE 264,7 G/M ² O QUE RESULTA EM ÓTIMO QUALIDADE NA PINTURA, RENDIMENTO DA TINTA E CONSERVAÇÃO DOS PINCÉIS	UNIDADE	R\$ 18,24	R\$ 547,20
122	122	80	TELA PARA PINTURA MEDINDO 30 CM X 40CM ESTRUTURA EM MADEIRA PINUS TRATADA E CERTIFICADA, PROVENIENTE DE REFLORESTAMENTO, TECIDO DE ALTA QUALIDADE 100% ALGODÃO GRAMATURA DE 264,7 G/M ² O QUE RESULTA EM ÓTIMO QUALIDADE NA PINTURA, RENDIMENTO DA TINTA E CONSERVAÇÃO DOS PINCÉIS	UNIDADE	R\$ 19,61	R\$ 1.568,80
123	123	100	TOALHAS DE MÃO 26 CM X 36 CM SEM FRANJA, CORES VARIADAS 100% ALGODÃO	UNIDADE	R\$ 12,62	R\$ 1.262,00
124	124	15	PERSIANA DUPLAS EM ALUMINIO 25 MM, ESCOVADA COR DOURADA B25, COMANDO MANUAL NAS LATERAIS COM CORDÃO PADRÃO PAREDE, INSTALAÇÃO INCLUSA. É OBRIGATÓRIO A CONFERÊNCIA DAS MEDIDAS NO LOCAL DE INSTALAÇÃO,	METRO QUADRADO	R\$ 298,40	R\$ 4.476,00



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

125	125	300	CORTINA EM TECIDO BLECAUTE 100% POLIÉSTER, COM CORTE DE LUZ 100 %, COSTURADA SOB MEDIDA, FRANZIDA (COM LARGURA MÍNIMA DE TECIDO A SER USADO POR METRO É DE 2 METROS), EXCELENTE QUALIDADE COM ARGOLAS E/OU ILHÓS CONFORME A NECESSIDADE DO AMBIENTE NA COR ESCOLHA DO CONTRATANTE DE 32MM, BARRA DUPLA DE 12CM, ENTRETELA SUPERIOR DE 10CM, ESPAÇAMENTO ENTRE ARGOLAS/ILHÓS DE 08 A 09 CM, INSTALAÇÃO INCLUSA. É OBRIGATÓRIO A CONFERÊNCIA DAS MEDIDAS EM CADA LOCAL DE INSTALAÇÃO. CORES LISAS À ESCOLHA DO CONTRATANTE.	METRO QUADRADO	R\$ 51,54	R\$ 15.462,00
126	126	350	VARÃO 28MM DE FERRO , COR A ESCOLHA DO CONTRATANTE, INCLUSOS SUPORTES, BUCHAS, PARAFUSOS, PONTEIRAS INCLUSO INSTALAÇÃO.	METRO	R\$ 27,62	R\$ 9.667,00
127	127	100	CAPA PARA COLCHÃO INFANTIL EM NAPA. A NAPA TIPO HOSPITALAR (COMPOSIÇÃO MÍNIMA DE 70% PVC) 100 % IMPERMEÁVEL, ANTIÁCAROS, FUNGOS E BACTÉRIAS, DE EXCELENTE QUALIDADE. MEDIDAS -LARG: 65CM COMP: 1,35 ALT: 15CM. COR AZUL OU ESCURAS A DEFINIR.	UNIDADE	R\$ 73,88	R\$ 7.388,00
128	128	100	CAPA PARA COLCHÃO INFANTIL EM NAPA. A NAPA TIPO HOSPITALAR (COMPOSIÇÃO MÍNIMA DE 70% PVC) 100 % IMPERMEÁVEL, ANTIÁCAROS, FUNGOS E BACTÉRIAS, DE EXCELENTE QUALIDADE. MEDIDAS -LARG: 70CM COMP: 1,50 ALT: 14CM. COR AZUL OU ESCURAS A DEFINIR.	UNIDADE	R\$ 76,90	R\$ 7.690,00
129	129	50	PROTETOR DE TRAVESSEIRO TECIDO IMPERMEÁVEL, COM TOQUE MACIO, NÃO FAZ BARULHO. DIMENSÕES 50CM X 70CM. CAPA COM FECHAMENTO DE ZÍPER, NA COR BRANCO LISO. COMPOSIÇÃO APROXIMADAS: 80% POLIÉSTER 20% TPU E OU 60% POLIETILENO E 40% POLIPROPILENO. OU 65% POLIÉSTER 35% POLIURETANO.	UNIDADE	R\$ 27,76	R\$ 1.388,00



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

130	130	50	PROTETOR DE TRAVESSEIRO TECIDO IMPERMEÁVEL, COM TOQUE MACIO, NÃO FAZ BARULHO. DIMENSÕES: 30CM X 40CM. CAPA COM FECHAMENTO DE ZÍPER, NA COR BRANCO LISO. COMPOSIÇÃO APROXIMADAS: 80% POLIÉSTER 20% TPU E OU 60% POLIETILENO E 40% POLIPROPILENO. OU 65% POLIÉSTER 35% POLIURETANO.	UNIDADE	R\$ 20,07	R\$ 1.003,50
131	131	75	TRAVESSEIRO. DIMENSÕES: 50CM X 70CM, SUPORTE: MÉDIO. TECIDO: REVESTIMENTO EM MALLHA 100% ALGODÃO, ENCHIMENTO: 100% FIBRA SILICONIZADA. O TRAVESSEIRO DEVE SER ANTIALÉRGICO, ANTIÁCAROS E QUE POSSA SER LAVADO E SECADO EM MÁQUINA. EM EMBALAGEM COM 01 UNIDADE, LACRADA, CONTENDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO.	UNIDADE	R\$ 50,35	R\$ 3.776,25
132	132	25	COLCHÃO PARA MINI CAMA 1.50X70X10 COM ESPUMA 100% POLIURETANO, DENSIDADE MÍNIMA D20 SELADA, TECIDO 100% POLIÉSTER PARA TOQUE MACIO, TRATAMENTO ANTIÁCARO, ANTIMOFO E ANTIALÉRGICO.	UNIDADE	R\$ 197,98	R\$ 4.949,50
133	133	180	COBERTOR TIPO MANTA CASAL, MEDIDAS 1,80X2,20 METROS EM MICROFIBRA, TIPO MANTA DE PLUSH, TECIDO 100% POLIESTER, ANTIALÉRGICO, GRAMATURA MÍNIMA 190 GRM/MT, APRESENTANDO CORES VARIADAS, LIVRE DE ESTAMPAS. OBS: AS MANTAS DEVERÃO VIR EMBALADAS INDIVIDUALMENTE CONTENDO EM SEU RÓTULO: MEDIDAS, MODO DE LAVAGEM E SECAGEM, COMPOSIÇÃO TÊXTIL, GRAMATURA, MARCA DO PRODUTO, E DEVE SER COMPROVADAMENTE ANTIALÉRGICA.	UNIDADE	R\$ 62,86	R\$ 11.314,80



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

134	134	20	COBERTOR TIPO MANTA INFANTIL, MEDIDAS 70 CM X 1,00 METROS, CONFECCIONADO EM MICROFIBRA, TIPO MANTA DE PLUSH, TECIDO 100% POLIESTER, ANTIALÉRGICO, GRAMATURA MÍNIMA 180 G/MT2, APRESENTANDO CORES VARIADAS, LIVRE DE ESTAMPAS. DEVERÁ POSSUIR ACABAMENTO COM BARRA/COSTURA EM TODO O CONTOURNO DA MANTA, COM LARGURA MÍNIMA DE 1,5CM, CONFECCIONADA COM COSTURA REFORÇADA E RESISTENTE, GARANTINDO MAIOR DURABILIDADE E RESISTÊNCIA AO USO E AS LAVAGENS. OBS: AS MANTAS DEVERÃO VIR EMBALADAS INDIVIDUALMENTE CONTENDO EM SEU RÓTULO: MEDIDAS, MODO DE LAVAGEM E SECAGEM, COMPOSIÇÃO TÊXTIL, GRAMATURA, MARCA DO PRODUTO, E DEVE SER COMPROVADAMENTE ANTIALÉRGICA.	UNIDADE	R\$ 30,17	R\$ 603,40
135	135	1	BOLSA PARA TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO DE EQUIPAMENTOS FOTOGRÁFICOS E AFINS, CONFECCIONADA NO MATERIAL EM NYLON DE ALTA RESISTÊNCIA, NA COR PRETA, SEMI-IMPERMEÁVEL, PROPORCIONANDO MAIOR PROTEÇÃO CONTRA UMIDADE E DESGASTE DECORRENTE DO USO CONTÍNUO. DEVERÁ POSSUIR AS DIMENSÕES INTERNAS APROXIMADAS DEVERÃO SER DE 40,5 CM (COMPRIMENTO) X 22 CM (LARGURA) X 22 CM (ALTURA), COM SUPORTE EXTERNO FRONTAL PARA TRANSPORTE DE TRIPÉ, ACABAMENTO REFORÇADO, COSTURAS RESISTENTES E ESTRUTURA QUE ASSEGURE DURABILIDADE REQUISITOS MÍNIMOS.	UNIDADE	R\$ 176,04	R\$ 176,04



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

136	136	90	HASTE DECORATIVA COMPOSTA POR FLORES ARTIFICIAIS TIPO PEÔNIA, NA COR BRANCA, CONFECCIONADAS EM TECIDO SINTÉTICO (POLIÉSTER OU MATERIAL SIMILAR), COM ACABAMENTO QUE REPRODUZ A TEXTURA NATURAL. APRESENTA FLORES VOLUMOSAS, FORMADAS POR MÚLTIPLAS PÉTALAS SOBREPOSTAS, SIMULANDO ESPÉCIES ORNAMENTAIS, COM PREDOMINÂNCIA DA COR BRANCA NAS FLORES, FOLHAS EM TONALIDADE VERDE E HASTE EM COLORAÇÃO VERDE OU MARROM ESCURO. A HASTE POSSUI ESTRUTURA INTERNA EM ARAME METÁLICO, REVESTIDA COM MATERIAL PLÁSTICO (POLIETILENO OU SIMILAR), GARANTINDO FLEXIBILIDADE E RESISTÊNCIA. O PRODUTO APRESENTA ALTURA APROXIMADA ENTRE 70 CM E 100 CM, COM FLORES MEDINDO CERCA DE 5 CM A 10 CM DE DIÂMETRO, E PESO UNITÁRIO VARIANDO ENTRE 100 G E 300 G.	UNIDADE	R\$ 27,93	R\$ 2.513,70
137	137	90	RAMO ARTIFICIAL DECORATIVO COMPOSTO POR FLORES ORNAMENTAIS SIMILARES À ESPÉCIE MAGNÓLIA, O RAMO DEVERÁ POSSUIR ALTURA TOTAL APROXIMADA ENTRE 60 CM E 80 CM, COM FLORES MEDINDO, EM MÉDIA, DE 8 CM A 12 CM DE DIÂMETRO, CONTENDO APROXIMADAMENTE DE 7 (SETE) A 10 (DEZ) FLORES DISTRIBUÍDAS AO LONGO DA HASTE. AS FLORES MATERIAL SINTÉTICO DE ALTA QUALIDADE, COMO TECIDO POLIÉSTER OU SIMILAR, DEVERÃO APRESENTAR TONALIDADE BRANCO OU OFF-WHITE, COM LEVE VARIAÇÃO PARA CREME, E CENTRO EM TONALIDADE BEGE CLARO OU AMARELADO, COM DETALHAMENTO QUE SIMULE OS ESTAMES DE FORMA REALISTA. AS FOLHAS DEVERÃO APRESENTAR ACABAMENTO SEMI-BRILHANTE, E A ESTRUTURA DO RAMO DEVERÁ CONTER RAMIFICAÇÕES IRREGULARES, REPRODUZINDO A APARÊNCIA DE GALHOS NATURAIS. A HASTE PRINCIPAL E SUAS RAMIFICAÇÕES DEVERÃO SER	UNIDADE	R\$ 80,68	R\$ 7.261,20



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

			CONSTITUÍDAS EM ARAME METÁLICO REVESTIDO COM MATERIAL PLÁSTICO OU POLÍMERO, EM COLORAÇÃO MARROM ESCURO OU PRETA, GARANTINDO RESISTÊNCIA E FLEXIBILIDADE. AS FOLHAS DEVERÃO SER PRODUZIDAS EM MATERIAL SINTÉTICO, PODENDO SER PLÁSTICO OU TECIDO PLASTIFICADO, APRESENTANDO NERVURAS APARENTES E COLORAÇÃO VERDE COM ASPECTO NATURAL.			
138	138	90	HASTE DECORATIVA ARTIFICIAL TIPO FLOR DE CEREJEIRA ORNAMENTAL COMPOSTA POR ESTRUTURA RÍGIDA E FLEXÍVEL, RECOBERTA POR MATERIAL SINTÉTICO, CONTENDO MÚLTIPLAS RAMIFICAÇÕES COM FLORES ARTIFICIAIS QUE SIMULAM A APARÊNCIA DE FLORES DE CEREJEIRA. MATERIAL DA HASTE: ARAME METÁLICO INTERNO REVESTIDO COM MATERIAL PLÁSTICO (PVC OU SIMILAR), PERMITINDO MODELAGEM MANUAL. MATERIAL DAS FLORES: TECIDO SINTÉTICO (POLIÉSTER OU SIMILAR), COM ACABAMENTO SUAVE AO TOQUE E APARÊNCIA NATURAL. COR PREDOMINANTE: ROSA CLARO A MÉDIO NAS FLORES, COM DETALHES EM TONS MAIS ESCUROS NO MIOLO; FOLHAS EM VERDE. QUANTIDADE DE FLORES: DISTRIBUÍDAS AO LONGO DE TODA A HASTE, EM MÚLTIPLOS RAMOS SECUNDÁRIOS. ALTURA APROXIMADA: ENTRE 80 CM E 110 CM. DIÂMETRO DAS FLORES: APROXIMADAMENTE ENTRE 3 CM E 5 CM. ESTRUTURA: HASTE ÚNICA COM RAMIFICAÇÕES LATERAIS, PROPORCIONANDO VOLUME E EFEITO ORNAMENTAL. FLEXIBILIDADE: PRODUTO	UNIDADE	R\$ 21,27	R\$ 1.914,30



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

			AJUSTÁVEL, PERMITINDO CURVATURA DOS RAMOS CONFORME NECESSIDADE DECORATIVA. ACABAMENTO: REALISTA, COM BOA DEFINIÇÃO DE PÉTALAS E COLORAÇÃO UNIFORME. MANUTENÇÃO: NÃO REQUER IRRIGAÇÃO; LIMPEZA SIMPLES COM PANO SECO OU LEVEMENTE UMEDECIDO. DURABILIDADE: ALTA RESISTÊNCIA AO DESGASTE EM AMBIENTES INTERNOS; NÃO PERECÍVEL.			
139	139	120	ARRANJO FLORAL ARTIFICIAL COMPOSTO POR FLORES DE GIRASSOL COMPOSIÇÃO: CONJUNTO COM MÚLTIPLAS HASTES (APROXIMADAMENTE 6 A 10 HASTES VISÍVEIS), CONTENDO FLORES ABERTAS E BOTÕES EM DIFERENTES ESTÁGIOS DE DESENVOLVIMENTO, ALÉM DE FOLHAGENS DECORATIVAS COMPLEMENTARES; FLORES: FORMATO: INFLORESCÊNCIA CIRCULAR COM PÉTALAS DISPOSTAS RADIALMENTE; COR DAS PÉTALAS: AMARELO VIVO, COM VARIAÇÃO SUAVE DE TONALIDADE (DO AMARELO INTENSO AO LEVEMENTE ALARANJADO NAS REGIÕES INTERNAS); CENTRO FLORAL: DISCO CENTRAL EM TOM MARROM ESCURO A PRETO, COM TEXTURA GRANULADA QUE SIMULA SEMENTES; QUANTIDADE APROXIMADA DE FLORES: 8 A 12 UNIDADES (ENTRE FLORES PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS) FOLHAGEM: COR: VERDE MÉDIO A ESCURO , FORMATO DAS FOLHAS: VARIADO, INCLUINDO FOLHAS OVAIS E RECORTADAS, COM ACABAMENTO FOSCO E ASPECTO NATURAL, DISTRIBUIÇÃO: DISPOSTAS AO LONGO DAS HASTES,	UNIDADE	R\$ 33,18	R\$ 3.981,60



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

			PREENCHENDO O ARRANJO E CONFERINDO VOLUME, HASTES: MATERIAL: ESTRUTURA INTERNA FLEXÍVEL (ARAME REVESTIDO) REVESTIMENTO EXTERNO: MATERIAL SINTÉTICO EM TOM VERDE CARACTERÍSTICAS: MALEÁVEIS, PERMITINDO AJUSTE DE POSIÇÃO DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA TOTAL DO ARRANJO: 30 A 45 CM, DIÂMETRO DAS FLORES PRINCIPAIS: 8 A 12 CM, DIÂMETRO TOTAL DO BUQUÊ: 20 A 30 CM.			
140	140	220	FLOR ORNAMENTAL ARTIFICIAL, MODELO GIRASOL. MATERIAL DAS PÉTALAS: TECIDO SINTÉTICO (EX.: POLIÉSTER OU SIMILAR), COM ACABAMENTO QUE SIMULA TEXTURA NATURAL; COR DAS PÉTALAS: AMARELO VIBRANTE COM VARIAÇÕES DE TONALIDADE (DO AMARELO CLARO AO ALARANJADO); CENTRO (MIOLO): MATERIAL SINTÉTICO TEXTURIZADO EM COR MARROM ESCURO/PRETO, COM RELEVO SIMULANDO SEMENTES NATURAIS; HASTE: ESTRUTURA FLEXÍVEL REVESTIDA EM MATERIAL PLÁSTICO OU SINTÉTICO, NA COR VERDE, PERMITINDO AJUSTE DE POSIÇÃO; FOLHAGEM: PODE CONTER FOLHAS ARTIFICIAIS VERDES ACOPLADAS À HASTE (QUANDO APLICÁVEL); ACABAMENTO: DETALHAMENTO REALISTA, COM BORDAS E SOBREPOSIÇÕES QUE IMITAM A FLOR NATURAL; DIMENSÕES APROXIMADAS: DIÂMETRO DA FLOR: ENTRE 10CM E 20 CM , COMPRIMENTO TOTAL DA HASTE: ENTRE 25 CM E 50 CM, (AS MEDIDAS PODEM VARIAR CONFORME O FABRICANTE, DEVENDO SER ESPECIFICADAS NO FORNECIMENTO).	UNIDADE	R\$ 20,18	R\$ 4.439,60



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

141	141	70	ARRANJO FLORAL ARTIFICIAL COMPOSTO POR FLORES DO TIPO ROSA, EM TONALIDADE CREME/BEGE CLARO, CONFECCIONADAS EM MATERIAL SINTÉTICO DE ALTA QUALIDADE (TECIDO E/OU POLÍMERO), COM ACABAMENTO REALISTA QUE SIMULA TEXTURA E COLORAÇÃO NATURAIS, FORMADO POR MÚLTIPLAS HASTES INTERLIGADAS, CONTENDO APROXIMADAMENTE 5 A 7 FLORES PRINCIPAIS (ROSAS ABERTAS E SEMIABERTAS), ACOMPANHADAS DE BOTÕES E ELEMENTOS DECORATIVOS COMPLEMENTARES (FOLHAGENS E PEQUENOS RAMOS ORNAMENTAIS EM TONS DE VERDE). AS FOLHAS APRESENTAM COLORAÇÃO VERDE ESCURO E VERDE MÉDIO, COM NERVURAS MARCADAS E BORDAS DEFINIDAS, PRODUZIDAS EM MATERIAL SINTÉTICO RESISTENTE, CONFERINDO ASPECTO NATURAL E DURABILIDADE AO CONJUNTO. AS HASTES SÃO FLEXÍVEIS, REVESTIDAS EM MATERIAL PLÁSTICO, PERMITINDO AJUSTE DE POSICIONAMENTO CONFORME NECESSIDADE DE USO. A BASE É ÚNICA (TIPO BUQUÊ), ADEQUADA PARA INSERÇÃO EM VASOS, SUPORTES OU USO DIRETO EM COMPOSIÇÕES DECORATIVAS.	UNIDADE	R\$ 68,86	R\$ 4.820,20
-----	-----	----	--	---------	-----------	--------------



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

142	142	50	ARRANJO ORNAMENTAL SUSPENSO COMPOSTO POR ESTRUTURA SUPERIOR DE FIXAÇÃO COM HASTES VERTICAIS, CONTENDO FOLHAGEM Densa NA PARTE SUPERIOR E FLORES PENDENTES EM FORMATO CASCATA. INDICADO PARA DECORAÇÃO DE AMBIENTES INTERNOS E EVENTOS. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: TIPO: PENDENTE DECORATIVO ARTIFICIAL COM 36 GALHOS; FORMATO: CASCATA/QUEDA VERTICAL ; COMPOSIÇÃO: PARTE SUPERIOR COM FOLHAS ARTIFICIAIS VERDES, DE APARÊNCIA NATURAL; PARTE INFERIOR COM FLORES ARTIFICIAIS EM ABUNDÂNCIA, PREDOMINANTEMENTE NA COR BRANCA; MATERIAL: FOLHAGEM E FLORES CONFECCIONADAS EM MATERIAL SINTÉTICO (EX.: POLIÉSTER, PLÁSTICO OU SIMILAR DE ALTA QUALIDADE); ESTRUTURA DE SUSTENTAÇÃO EM MATERIAL METÁLICO OU PLÁSTICO RÍGIDO; COR PREDOMINANTE: FOLHAGEM: VERDE; FLORES: BRANCO OU ROSA; FIXAÇÃO: SISTEMA SUSPENSO POR HASTES/FIOS RÍGIDOS OU SEMI-RÍGIDOS ACOPLADOS À ESTRUTURA SUPERIOR; DIMENSÕES: ALTURA APROXIMADA: 110 CM; LARGURA/DIÂMETRO: 35 CM; PESO: LEVE, ADEQUADO PARA INSTALAÇÃO SUSPENSA SEM NECESSIDADE DE REFORÇO ESTRUTURAL COMPLEX;	UNIDADE	R\$ 270,33	R\$ 13.516,50
-----	-----	----	---	---------	---------------	---------------



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

143	143	50	PLACA DE FOLHAGENS ARTIFICIAIS TIPO SAMAMBAIA, CONFECCIONADO EM MATERIAL SINTÉTICO DE ALTA QUALIDADE (POLIETILENO OU SIMILAR), RESISTENTE, DURÁVEL E DE FÁCIL MANUTENÇÃO. O PRODUTO APRESENTA ACABAMENTO REALISTA, COM COLORAÇÃO VERDE NATURAL EM DIFERENTES TONALIDADES, PROPORCIONANDO ASPECTO SEMELHANTE AO VEGETAL NATURAL. O PAINEL É ESTRUTURADO SOBRE BASE MODULAR RÍGIDA OU SEMIRRÍGIDA, PERMITINDO ENCAIXE E FIXAÇÃO EM SUPERFÍCIES VERTICAIS OU HORIZONTAIS, COMO PAREDES, MUROS E DIVISÓRIAS. INDICADO PARA USO EM AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS COBERTOS, COM RESISTÊNCIA MODERADA À UMIDADE E VARIAÇÕES CLIMÁTICAS. CARACTERÍSTICAS: MATERIAL: PLÁSTICO (POLIETILENO OU PVC DE ALTA DENSIDADE); COR: VERDE (TONALIDADES VARIADAS); TIPO DE FOLHAGEM: SAMAMBAIA ARTIFICIAL; SISTEMA DE FIXAÇÃO: PLACAS MODULARES COM ENCAIXE OU PONTOS PARA FIXAÇÃO MECÂNICA (PARAFUSOS, ABRAÇADEIRAS OU SIMILAR); MANUTENÇÃO: LIMPEZA SIMPLES COM PANO ÚMIDO OU ÁGUA; APLICAÇÃO: DECORAÇÃO DE PAREDES, JARDINS VERTICAIS, PAINÉIS PAISAGÍSTICOS E AMBIENTAÇÃO; MEDIDAS (APROXIMADAS) COMPRIMENTO: 60 CM; LARGURA: 40 CM; ESPESSURA: 5 A 8 CM (VARIÁVEL CONFORME VOLUME DA FOLHAGEM).	UNIDADE	R\$ 49,50	R\$ 2.475,00
-----	-----	----	---	---------	-----------	--------------



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

144	144	120	ARRANJO DECORATIVO COMPOSTO POR PLANTAS ORNAMENTAIS ARTIFICIAIS DO TIPO PENDENTE, COM APARÊNCIA NATURAL, INDICADO PARA USO EM AMBIENTES INTERNOS. O CONJUNTO APRESENTA FOLHAGENS VARIADAS, COM PREDOMINÂNCIA DE TONS DE VERDE, SIMULANDO ESPÉCIES COMO SAMAMBAIAS E FOLHAGENS TROPICAIS. COMPOSIÇÃO: ESTRUTURA SUPERIOR COM SUPORTE PARA FIXAÇÃO SUSPensa (GANCHOS OU HASTES); CONJUNTO FORMADO POR MÚLTIPLAS HASTES FLEXÍVEIS, FOLHAGENS DENSAS, DISTRIBUÍDAS DE FORMA SIMÉTRICA PROPORCIONANDO EFEITO VOLUMOSO E NATURAL; MATERIAL DAS FOLHAS: PLÁSTICO OU POLIÉSTER DE ALTA QUALIDADE, COM TRATAMENTO PARA APARÊNCIA REALISTA.; MATERIAL DA ESTRUTURA: PLÁSTICO REFORÇADO E/OU ARAME INTERNO PARA MODELAGEM; DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA TOTAL (INCLUINDO SUPORTE): ENTRE 80 CM E 120 CM. LARGURA TOTAL DO CONJUNTO: ENTRE 40 CM E 70 CM. COMPRIMENTO DAS HASTES PENDENTES: ENTRE 60 CM E 100 CM. (AS MEDIDAS PODEM VARIAR EM ATÉ ±10%.) COR: PREDOMINANTEMENTE VERDE, COM VARIAÇÕES DE TONALIDADE PARA MAIOR REALISMO.	UNIDADE	R\$ 88,62	R\$ 10.634,40
145	145	220	FLOR DECORATIVA ARTIFICIAL TEMÁTICA NATALINA. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: TIPO: FLOR ORNAMENTAL ARTIFICIAL. TEMA: NATALINO. MATERIAL: TECIDO SINTÉTICO (EX.: POLIÉSTER) E/OU MATERIAL PLÁSTICO, COM DETALHES EM ACABAMENTO BRILHANTE/GLITTER. CORES: VARIADAS, INCLUINDO COMBINAÇÕES EM VERMELHO, BRANCO E DOURADO. FORMATO: FLOR ESTILIZADA COM MÚLTIPLAS PÉTALAS E ELEMENTOS DECORATIVOS CENTRAIS (EX.: ESTAMES ARTIFICIAIS). DIMENSÕES: DIÂMETRO APROXIMADO ENTRE 13 CM E 15 CM. ACABAMENTO: COM APLICAÇÃO DE BRILHO E/OU TEXTURA DECORATIVA NAS PÉTALAS.	UNIDADE	R\$ 12,56	R\$ 2.763,20



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

			FIXAÇÃO: BASE COM CLIP, HASTE OU SUPORTE SIMILAR PARA FIXAÇÃO EM ÁRVORES, GUIRLANDAS OU ARRANJOS.			
146	146	220	<p>GALHO DECORATIVO DE FLOR ARTIFICIAL TIPO BICO-DE-PAPAGAIO (FLOR DE NATAL), CONFECCIONADO EM MATERIAL SINTÉTICO DE ALTA QUALIDADE, COM ACABAMENTO REALISTA. APRESENTA PÉTALAS NA COR VERMELHA INTENSA, COM TEXTURA AVELUDADA, E MIOLO DETALHADO EM TONALIDADE AMARELA, SIMULANDO FIELMENTE A FLOR NATURAL. O GALHO POSSUI ESTRUTURA INTERNA EM ARAME FLEXÍVEL REVESTIDO, PERMITINDO AJUSTE E MODELAGEM CONFORME A NECESSIDADE DE USO EM ARRANJOS E DECORAÇÕES. AS FOLHAS SÃO PRODUZIDAS EM MATERIAL SINTÉTICO VERDE, COM NERVURAS APARENTES, GARANTINDO MAIOR REALISMO AO CONJUNTO.</p> <p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: TIPO: FLOR ARTIFICIAL DECORATIVA (BICO-DE-PAPAGAIO / FLOR DE NATAL); COR PREDOMINANTE: VERMELHO (PÉTALAS) E VERDE (FOLHAS); MATERIAL DAS PÉTALAS: TECIDO SINTÉTICO (TIPO VELUDO OU SIMILAR); MATERIAL DA HASTE: ARAME REVESTIDO COM PLÁSTICO; MATERIAL DAS FOLHAS: POLIÉSTER OU SIMILAR; ACABAMENTO: REALISTA, COM DETALHES NO MIOLO E NAS FOLHAS; FLEXIBILIDADE: HASTE MALEÁVEL PARA AJUSTE; DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA TOTAL DO GALHO: 30 A 40 CM; DIÂMETRO MÉDIO DAS FLORES: 8 A 12 CM; QUANTIDADE DE FLORES POR GALHO: 4 A 6 UNIDADES (PODENDO VARIAR CONFORME MODELO)</p>	UNIDADE	R\$ 30,50	R\$ 6.710,00



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

147	147	20	ARRANJO FLORAL ARTIFICIAL COMPOSTO POR FLORES DO TIPO ORQUÍDEA, EM TONALIDADE BRANCA, CONFECCIONADAS EM MATERIAL SINTÉTICO DE ALTA QUALIDADE (TECIDO E/OU POLÍMERO), COM ACABAMENTO REALISTA QUE SIMULA TEXTURA E COLORAÇÃO NATURAIS. O ARRANJO É FORMADO POR NO MÍNIMO 4 HASTES INTERLIGADAS, CONTENDO APROXIMADAMENTE DE 9 A 12 FLORES PRINCIPAIS (ORQUÍDEAS ABERTAS E FECHADAS), ACOMPANHADAS DE BOTÕES E ELEMENTOS DECORATIVOS COMPLEMENTARES POR HASTE, TAIS COMO FOLHAGENS E PEQUENOS RAMOS ORNAMENTAIS EM TONS DE VERDE. AS FOLHAS APRESENTAM COLORAÇÃO VERDE-ESCURA, COM NERVURAS MARCADAS E BORDAS DEFINIDAS, PRODUZIDAS EM MATERIAL SINTÉTICO RESISTENTE, CONFERINDO ASPECTO NATURAL E MAIOR DURABILIDADE AO CONJUNTO. AS HASTES SÃO FLEXÍVEIS, REVESTIDAS EM MATERIAL PLÁSTICO, PERMITINDO AJUSTE DE POSICIONAMENTO CONFORME A NECESSIDADE DE USO, COM COMPRIMENTO APROXIMADO DE 90 CM. A BASE É ÚNICA, TIPO BUQUÊ, ADEQUADA PARA INSERÇÃO EM VASOS, SUPORTES OU USO DIRETO EM COMPOSIÇÕES DECORATIVAS, NÃO ACOMPANHANDO VASO. REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIDADE: O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR ACABAMENTO UNIFORME, ISENTO DE REBARBAS, FALHAS DE FABRICAÇÃO, MANCHAS, DESCOLORAÇÃO, DEFORMIDADES OU ODORES DESAGRADÁVEIS. AS PARTES DEVEM ESTAR FIRMEMENTE FIXADAS, SEM DESPRENDIMENTO DE FLORES, FOLHAS OU HASTES. INCLUSO VASO EM MATERIAL RESISTENTE, METAL, VIDRO GROSSO OU CERÂMICA, EM CORES DOURADO OU PRATA, DIÂMETRO DO VASO, MÍNIMO DE 25CM, ALTURA MÍNIMO 13CM. OS MATERIAIS UTILIZADOS DEVERÃO SER	UNIDADE	R\$ 403,85	R\$ 8.077,00
-----	-----	----	---	---------	---------------	--------------



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

			RESISTENTES AO MANUSEIO E AO DESBOTAMENTO EM CONDIÇÕES NORMAIS DE USO INTERNO. DURABILIDADE E CONSERVAÇÃO: O ARRANJO DEVERÁ MANTER SUAS CARACTERÍSTICAS ESTÉTICAS POR PERÍODO PROLONGADO, NÃO APRESENTANDO DESGASTE PRECOCE, DEVENDO SER DE FÁCIL LIMPEZA E MANUTENÇÃO. ACONDICIONAMENTO: O PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE DEVIDAMENTE EMBALADO, DE FORMA A GARANTIR SUA INTEGRIDADE DURANTE O TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO.			
148	148	200	FRONHA PARA TRAVESSEIRO, TAM 50CMX70CM, EM TECIDO DE MALHA DESCRIÇÃO DO ITEM: FRONHA CONFECCIONADA EM TECIDO DE MALHA, COMPOSTA POR FIBRAS DE ALGODÃO OU MISTURA DE ALGODÃO COM POLIÉSTER, COM TOQUE MACIO, BOA RESPIRABILIDADE E RESISTÊNCIA AO USO CONTÍNUO E ÀS LAVAGENS. MEDIDAS APROXIMADAS DE 50 CM X 70 CM, COMPATÍVEL COM TRAVESSEIROS DE PADRÃO MÉDIO. ACABAMENTO COM COSTURAS REFORÇADAS, BAINHA BEM DEFINIDA E FECHAMENTO TIPO ENVELOPE (SEM ZÍPER OU BOTÕES), GARANTINDO PRATICIDADE E	UNIDADE	R\$ 15,81	R\$ 3.162,00



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

			DURABILIDADE. O TECIDO DEVERÁ APRESENTAR GRAMATURA UNIFORME, SEM FALHAS, TRANSPARÊNCIA EXCESSIVA OU DEFORMAÇÕES, MANTENDO SUAS CARACTERÍSTICAS APÓS MÚLTIPLAS LAVAGENS. CORES: PREFERENCIALMENTE CLARAS OU CONFORME DEMANDA DO ÓRGÃO SOLICITANTE. O PRODUTO DEVE SER NOVO, SEM USO, E ENTREGUE DEVIDAMENTE EMBALADO.			
149	149	200	LENÇOL EM TECIDO DE MALHA COM ELÁSTICO 1,35 M (COMPRIMENTO) X 0,65 M (LARGURA) X 0,14 M (ALTURA). LENÇOL, PRODUZIDO COM FIOS DE ALGODÃO OU COMPOSIÇÃO MISTA (ALGODÃO E POLIÉSTER), COM TOQUE MACIO, BOA ELASTICIDADE E RESISTÊNCIA AO USO CONTÍNUO. INDICADO PARA COLCHÃO COM DIMENSÕES DE 1,35 M (COMPRIMENTO) X 0,65 M (LARGURA) X 0,14 M (ALTURA). O LENÇOL DEVERÁ POSSUIR ELÁSTICO EM TODA A SUA VOLTA, GARANTINDO PERFEITO AJUSTE AO COLCHÃO, EVITANDO DESLOCAMENTOS DURANTE O USO. ACABAMENTO COM COSTURAS REFORÇADAS, SEM FALHAS OU DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: TECIDO: MALHA (MÍNIMO 100 G/M ² OU CONFORME PADRÃO DE QUALIDADE EQUIVALENTE); COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% ALGODÃO (OU SUPERIOR); COR: A DEFINIR PELO ÓRGÃO SOLICITANTE; TAMANHO COMPATÍVEL COM COLCHÃO DE 1,35 X 0,65 X 0,14 M; COM ELÁSTICO EM TODO O PERÍMETRO; PRODUTO NOVO, SEM USO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE.	UNIDADE	R\$ 29,98	R\$ 5.996,00



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

150	150	100	LENÇOL EM TECIDO DE MALHA COM ELÁSTICO PARA COLCHÃO 1,50 X 0,70X 14 CM, LENÇOL, PRODUZIDO COM FIOS DE ALGODÃO OU COMPOSIÇÃO MISTA (ALGODÃO E POLIÉSTER), COM TOQUE MACIO, BOA ELASTICIDADE E RESISTÊNCIA AO USO CONTÍNUO. INDICADO PARA COLCHÃO COM DIMENSÕES DE 1,50 M (COMPRIMENTO) X 0,70 M (LARGURA) X 0,14 M (ALTURA). O LENÇOL DEVERÁ POSSUIR ELÁSTICO EM TODA A SUA VOLTA, GARANTINDO PERFEITO AJUSTE AO COLCHÃO, EVITANDO DESLOCAMENTOS DURANTE O USO. ACABAMENTO COM COSTURAS REFORÇADAS, SEM FALHAS OU DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: TECIDO: MALHA (MÍNIMO 100 G/M ² OU CONFORME PADRÃO DE QUALIDADE EQUIVALENTE); COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% ALGODÃO (OU SUPERIOR); COR: A DEFINIR PELO ÓRGÃO SOLICITANTE; TAMANHO COMPATÍVEL COM COLCHÃO DE 1,50 X 0,70 X 0,14 M; COM ELÁSTICO EM TODO O PERÍMETRO; PRODUTO NOVO, SEM USO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE.	UNIDADE	R\$ 25,33	R\$ 2.533,00
151	151	100	TECIDO EM MALHA, CONFECCIONADO EM 100% ALGODÃO, COM CARACTERÍSTICAS ADEQUADAS PARA APLICAÇÕES DIVERSAS, ESPECIALMENTE NA CONFECÇÃO DE VESTUÁRIO. APRESENTA LARGURA DE 1,20 METROS E GRAMATURA DE 160 G/M ² , GARANTINDO BOA RESISTÊNCIA, DURABILIDADE E CONFORTO AO USO. O MATERIAL DEVE POSSUIR TOQUE MACIO, BOA RESPIRABILIDADE, ALTA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO DE UMIDADE E SER ISENTO DE DEFEITOS VISÍVEIS, COMO FUROS, MANCHAS, VARIAÇÕES EXCESSIVAS DE TONALIDADE OU FALHAS NA TRAMA. A MALHA DEVE APRESENTAR UNIFORMIDADE EM SUA ESTRUTURA, COM ACABAMENTO ADEQUADO QUE PERMITA CORTE E COSTURA SEM COMPROMETER A QUALIDADE FINAL DO PRODUTO. O FORNECIMENTO DEVERÁ SER REALIZADO	METRO	R\$ 25,09	R\$ 2.509,00



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

			EM ROLOS, DEVIDAMENTE EMBALADOS E IDENTIFICADOS, CONTENDO INFORMAÇÕES COMO COMPOSIÇÃO, LARGURA, GRAMATURA E METRAGEM. A COR SERÁ DEFINIDA PELO SOLICITANTE			
152	152	100	TECIDO TIPO CETIM, CARACTERIZADO POR SUPERFÍCIE LISA, HOMOGÊNEA E COM BRILHO ACETINADO EM UMA DAS FACES E ASPECTO FOSCO NA FACE OPOSTA, OBTIDO POR LIGAMENTO ESPECÍFICO QUE PROPORCIONA TOQUE MACIO E SEDOSO. PRODUZIDO EM FIBRAS SINTÉTICAS (POLIÉSTER) OU MISTAS, PODENDO TAMBÉM SER CONFECCIONADO EM FIBRAS NATURAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO EDITAL. APRESENTA AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER OU CONFORME ESPECIFICAÇÃO (ADMITIDA VARIAÇÃO MISTA); LARGURA MÍNIMA: 1,40 M; GRAMATURA: ENTRE 80 G/M ² E 150 G/M ² (OU CONFORME NECESSIDADE); ACABAMENTO: LISO, COM BRILHO UNIFORME, SEM FALHAS DE TECELAGEM, MANCHAS, FUROS OU IMPERFEIÇÕES; TOQUE: MACIO, SEDOSO E DE BOA MALEABILIDADE; RESISTÊNCIA: ADEQUADA AO USO PRETENDIDO, COM BOA DURABILIDADE E RESISTÊNCIA AO RASGO E À TRAÇÃO; COR: CONFORME SOLICITAÇÃO, COM TINGIMENTO UNIFORME E BOA SOLIDEZ À LAVAGEM E À FRICÇÃO; ENCOLHIMENTO: MÁXIMO DE 3% APÓS LAVAGEM; APRESENTAÇÃO: FORNECIDO EM ROLOS, DEVIDAMENTE EMBALADOS E IDENTIFICADOS COM COMPOSIÇÃO, METRAGEM E LOTE.	METRO	R\$ 15,22	R\$ 1.522,00



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

153	153	60	TAPETE CAPACHO CONFECCIONADO EM MATERIAL VINÍLICO EMBORRACHADO, COMPOSTO POR FIBRAS SINTÉTICAS DE VINIL ENTRELAÇADAS, BASE ANTIDERRAPANTE, ESTRUTURA FLEXÍVEL, RESISTENTE E DE ALTA DURABILIDADE, ESPESSURA APROXIMADA DE 12 MM, CORES A DEFINIR PELO SOLICITANTE, COM PERSONALIZAÇÃO CONTENDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO E O NOME DA SECRETARIA SOLICITANTE.	METRO QUADRADO	R\$ 301,27	R\$ 18.076,20
154	154	3	TAPETE DECORATIVO TIPO FELPUDO, INDICADO PARA AMBIENTES INTERNOS RESIDENCIAIS OU CORPORATIVOS, PROPORCIONANDO CONFORTO TÉRMICO E ACÚSTICO, ALÉM DE ACABAMENTO ESTÉTICO SOFISTICADO CARACTERÍSTICAS GERAIS: FORMATO: RETANGULAR; COR PREDOMINANTE: A DEFINIR; TEXTURA DA SUPERFÍCIE: FELPUDA, COM FIOS LONGOS E MACIOS; ACABAMENTO DAS BORDAS: COSTURA REFORÇADA COM DEBRUM LATERAL, GARANTINDO MAIOR DURABILIDADE E EVITANDO DESFIAMENTO; BASE INFERIOR: REVESTIMENTO ANTIDERRAPANTE EM MATERIAL SINTÉTICO (BORRACHA OU SIMILAR), COM PONTOS EM RELEVO DISTRIBUÍDOS UNIFORMEMENTE PARA MELHOR ADERÊNCIA AO PISO; FACE INFERIOR: TECIDO CLARO COM PADRÃO GEOMÉTRICO PONTILHADO, CONTRIBUINDO PARA ESTABILIDADE E FIXAÇÃO COMPOSIÇÃO: SUPERFÍCIE (PILE/FIOS): FIBRAS SINTÉTICAS (EX.: POLIÉSTER OU POLIPROPILENO); BASE: MATERIAL EMBORRACHADO OU PVC COM TRATAMENTO ANTIDERRAPANTE; DIMENSÕES: COMPRIMENTO: 2,5MT; LARGURA: 2,00 MT; ESPESSURA APROXIMADA: 3 CM (INCLUINDO ALTURA DOS FIOS); PROPRIEDADES ADICIONAIS: ANTIDERRAPANTE	UNIDADE	R\$ 309,80	R\$ 929,40



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

155	155	10	BOLSA TIRA COLO EM LONA ENCERADA, NA COR VERDE, DESENVOLVIDA PARA PROFISSIONAIS QUE ATUAM EM CAMPO, CONFECCIONADA EM LONA ENCERADA FIO 10 (MAIS ESPESSA E DURÁVEL), COM TAMPA E FECHAMENTO POR CLIP DE ENGATE RÁPIDO, ALÇA EM FITA DE NYLON DE 40 MM E 140 CM DE COMPRIMENTO COM REGULAGEM, BOLSA MEDINDO APROXIMADAMENTE 350 MM (ALTURA) X 300 MM (LARGURA) X 80 MM (PROFUNDIDADE).	UNIDADE	R\$ 62,68	R\$ 626,80
TOTAL:					R\$ 569.366,02	

1.2. A fundamentação para a opção de parcelamento ou não parcelamento pode ser consultada no Estudo Técnico Preliminar (ETP) anexo ao presente Termo de Referência.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 28, de 28 de fevereiro de 2023.

1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar (ETP) anexo ao presente Termo de Referência.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) assinatura da ata de registros de preços, prorrogável por até 01 ano (Art. 84 da Lei 14.133/2021, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar (ETP) anexo ao presente Termo de Referência.

1.5.1. A ata oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar, anexo deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação **está previsto** no Plano de Contratações Anual de 2026, e inscrito sob o Nº de item 05, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar (ETP) anexo ao presente documento.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Indicação de marcas ou modelos

4.1. Na presente contratação existe a indicação de modelo por se tratar de itens que exigem a padronização com modelos já adotados pela administração (caso dos uniformes). As características serão informadas junto aos descritivos dos itens para referência de cores e modelos.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei Nº 14.133/2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar, anexo ao presente documento.



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

5. FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de **20 (vinte) dias**, contados do(a) recebimento da ordem de compra.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com ao menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues no endereço informado na ordem de compra e de acordo com a necessidade de cada secretaria solicitante.
- 5.4. Por se tratar de ata de registros de preços os pedidos poderão ser realizados ao decorrer da vigência da ata e de acordo com a necessidade da secretaria solicitante.

Obrigações da Contratada

- 5.5. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas, durante toda a vigência do contrato, de acordo com o Art. 92, XVI, da Lei 14.333/21, informando a Contratante a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições.
 - 5.6. Certificar-se, preliminarmente, de todas as condições exigidas no Contrato, não sendo levada em consideração qualquer argumentação posterior de desconhecimento.
 - 5.6.1. Todos os modelos e imagens serão disponibilizados junto a ordem de compra para referência no momento da Confecção.
 - 5.7. Prestar os serviços, com pontualidade e nos locais específicos determinados pela Contratante, bem como atender as demais condições do Edital.
 - 5.8. Fornecer o objeto em estrita conformidade com as especificações do Edital e da proposta de preço apresentada, ao qual se vinculam, não sendo admitidas retificações, cancelamentos, quer seja de preços, quer seja nas condições estabelecidas.
 - 5.9. Considerar que a unidade e a qualidade, são pré-requisitos para o recebimento do item solicitado.
 - 5.10. Comunicar a CONTRATANTE imediatamente a ocorrência de qualquer fato que possa implicar no atraso da entrega do objeto da Licitação.
 - 5.11. Responder por danos e desaparecimentos de bens materiais e avarias que venham a ser causadas por seus empregados ou preposto à Contratante ou a terceiros, desde que fique comprovada sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo sua responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizado pela Contratante, de acordo com o Art. 120 da Lei n.º 14.333/21.
 - 5.12. Todas as despesas decorrentes da execução do objeto, contratação de pessoal, veículos (transporte) e demais encargos pertinentes ao fornecimento, serão de total responsabilidade da CONTRATADA.
 - 5.13. As notificações referidas neste item deverão ser realizadas por escrito e direcionadas ao gestor e/ou fiscal do contrato.
 - 5.14. Cumprir com outras obrigações decorrentes da aplicação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, conforme Lei nº 8.078/90, que sejam compatíveis com o regime de direito público.
- Além das naturalmente decorrentes do presente Contrato e daquelas previstas no Edital do presente procedimento licitatório, constituem obrigações da CONTRATADA:
- ✓ Correrão por conta do fornecedor todas as despesas relacionadas ao fornecimento como, fretes, tributos e encargos trabalhistas e previdenciários dos funcionários, bem como qualquer custo relacionado a perfeita entrega.
 - ✓ Todo produto/serviço que apresente má qualidade, avarias, que não for novo e sem uso, ou que não atenda as especificações do edital deverá ser substituído imediatamente pelo fornecedor.
 - ✓ Só serão aceitas entregas completas, conforme descrito na ordem de compras.



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

✓ Se no ato do recebimento for constatado que a quantidade entregue/serviço prestado for diferente que o constante na nota fiscal ou na ordem de serviço todos os objetos serão recusados até a perfeita regularização por parte da empresa vencedora.

✓ O objeto será recebido e aceito após sumária inspeção pelo Fiscal de Contratos da Secretaria solicitante, podendo ser rejeitado, caso a qualidade e especificações não atendam ao que foi licitado e às condições de recebimento e aceitação do(s) produto(s) o mesmo deverá ser substituído pelo fornecedor, no prazo máximo de 3 (três) dias, sem ônus para o Município, sob pena de suspensão da empresa de participar de licitação, de acordo com a legislação vigente, e aplicação de multa de 10% sobre o valor do produto entregue de forma irregular.

✓ Todas as hipóteses de irregularidades são condições de suspensão do pagamento até a perfeita regularização por parte da empresa fornecedora e a aplicação de penalidades.

✓ O licitante vencedor arcará com todos os custos necessários para o perfeito fornecimento do objeto outras despesas relativas a confecção dos uniformes, descritos no objeto desta licitação, bem como as despesas de pessoal, sem custos adicionais para o município.

Para os itens confecções:

✓ A empresa vencedora do certame quanto ao fornecimento dos uniformes e figurinos deverá, quando solicitada, entregar ao Fiscal de Contrato da Administração amostras dos tecidos (em tamanho mínimo de 10x10cm) com os quais serão confeccionados cada um dos lotes, cada qual com a respectiva ficha de composição e gramatura para acareação entre o solicitado em edital e o que a empresa julga atender o item. Podendo a Administração solicitar alterações e/ou melhores esclarecimentos de forma a obter o material mais próximo do descrito.

✓ Para garantir a integridade das costuras deve-se utilizar o ponto cadeia nas junções e as barras devem ter 2,5 cm com costuras paralelas e todos pespontos feitos na cor do tecido. Os côses das calças devem ter 5,5 cm de largura e possuir sete passantes para cinta.

✓ A confecção será autorizada pela administração municipal, de acordo com as necessidades de cada secretaria, podendo ser solicitado uniforme para somente um ou mais servidores da secretaria requerente. A contratada poderá, antes da confecção, juntamente com o Fiscal de Contratos da Administração, acertar pequenos detalhes que por ventura não fiquem claros no modelo ilustrativo ou na descrição, como a forma de aplicação dos detalhes, viés, filetes, penses, etc., para utilizar na fabricação do que lhe for solicitado.

✓ As medições/provas dos tamanhos deverão ser realizadas individualmente, na secretaria solicitante ou no endereço da empresa, por profissional designado dos licitantes vencedores, não havendo possibilidade de um servidor municipal anotar as provas, pois este somente irá passar à contratada uma lista dos nomes para os quais foram pedidos determinado tipo de uniforme.

✓ Cabe ressaltar que há diferentes cargas horárias e jornadas de trabalho, portando a licitante deve programar com cada secretaria o melhor horário para encontrar os servidores em serviço ou para solicitar que estes se dirijam à sede da empresa.

✓ A contratada obriga-se a realizar ao menos uma prova de tamanhos padronizados e/ou medição para determinação de tamanho e para anotar as particularidades como comprimento de mangas, pernas, tronco, etc. e responsabiliza-se pelo ajuste dos uniformes de forma individual e personalizada para cada servidor sem custos adicionais para o município. Somente os uniformes de estagiários serão solicitados por tamanho padronizados do PP ao EXG.

✓ Quando da entrega o servidor deve provar e verificar se suas particularidades foram atendidas, se ainda faltar algum ajuste, por exemplo: comprimento das mangas, este deve informar a necessidade à contratada e aguardar a correção, caso o ajuste não seja feito este deve informar o ocorrido ao Fiscal de Contrato que tomará as providências cabíveis.



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

- ✓ Cada servidor pode solicitar alterações do tamanho padrão para atender suas especificidades, como no comprimento das camisetas, jalecos, mangas longas e calça. Não é permitido realizar alterações que possam desfigurar o item, como remoção ou inclusão de bolsos, tipos de cós, de tecido e cores.
- ✓ Referente a confecção e instalação de cortinas: A Contratada deverá realizar vistoria prévia nos locais indicados pela Contratante para conferência e levantamento de todas as medidas necessárias à confecção das cortinas, persianas e demais itens sob medida, responsabilizando-se integralmente pela exatidão das dimensões coletadas, não sendo admitidas alegações posteriores de erro de medição para fins de acréscimo de custos ou prorrogação de prazos.
- ✓ A confecção dos itens deverá observar rigorosamente as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, incluindo materiais, acabamentos, dimensões, proporções de franzimento, instalação de ilhós, argolas, varões, componentes de fixação e demais características exigidas, devendo os produtos apresentar excelente qualidade, acabamento uniforme, resistência e perfeito funcionamento.
- ✓ A Contratada deverá empregar mão de obra qualificada e adotar todos os cuidados necessários durante a fabricação, transporte e instalação dos materiais, responsabilizando-se por quaisquer danos causados ao patrimônio da Contratante ou de terceiros em decorrência da execução dos serviços.
- ✓ A instalação completa dos itens fornecidos constitui obrigação da Contratada e deverá ser realizada nos locais indicados pela Contratante, com fornecimento de todos os materiais, acessórios, ferramentas e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços, incluindo suportes, buchas, parafusos, ponteiros e demais componentes indispensáveis à fixação e ao adequado funcionamento dos produtos.
- ✓ Após a instalação, a Contratada deverá verificar o correto funcionamento, alinhamento, nivelamento, fixação e acabamento dos itens instalados, efetuando os ajustes necessários para garantir a plena utilização dos produtos e a satisfação das condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- ✓ Todas as mercadorias que demandem de inserção de artes personalizadas, devem ter as artes previamente aprovadas pela Secretaria solicitante.
- ✓ Uma vez requeridas as mercadorias, as mesmas deverão ser entregues à secretaria solicitante em até 20 (vinte) dias a contar do recebimento da ordem de compras.

Obrigações da Contratante

- 5.15.** Designar pessoa responsável para acompanhar o recebimento do objeto solicitado, sendo que ele atestará a entrega, dentro das especificações da Nota de Empenho.
- 5.16.** Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA.
- 5.17.** Notificar formal e tempestivamente a CONTRATADA, sobre as irregularidades observadas no cumprimento das obrigações assumidas.
- 5.18.** Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.
- 5.19.** Comunicar prontamente a CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto deste contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas.
- 5.20.** Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade manifestada durante a vigência do contrato, para que sejam adotadas as medidas pertinentes.
- 5.21.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.
- 5.22.** Permitir que os funcionários da Contratada tenham acesso aos locais de entrega e/ou instalação do objeto solicitado.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

- 6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3.** As comunicações entre o contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4.** O contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.6.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
- 6.7.** O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.8.** O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.9.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.10.** O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.11.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.12.** O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 6.13.** O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.14.** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.15.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.16.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.17.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

A fiscalização destas Atas de Registros de Preços, ficará à cargo do(s) seguinte(s) fiscal(is) de contratos:

- ✓ Claudia C. Kirsten –Secretaria de Administração e Planejamento;
- ✓ Marlise Rosane Wojtiok –Secretaria de Saúde;
- ✓ Debora A. Thomas –Secretaria de Esportes e Lazer;
- ✓ Marcos B. Zibetti –Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo;
- ✓ Susane Paludo Martins –Secretaria de Assistência Social;
- ✓ Marlene Vanderléia Petry Knapp –Secretaria de Educação e Cultura;
- ✓ Claudete L. Scaravonatto -Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente;
- ✓ Gilson Leske -Secretaria de Indústria, Comércio Turismo e Desenvolvimento Econômico;

Parágrafo Único: Durante a execução contratual a contratante poderá incluir ou substituir os fiscais desta Ata de Registro de Preços, de acordo com interesse da administração pública, mediante termo de apostilamento contratual.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que tange à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

7.6. O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- ✓ o prazo de validade;
- ✓ a data da emissão;
- ✓ os dados do contrato e do órgão contratante;
- ✓ o período respectivo de execução do contrato;
- ✓ o valor a pagar; e
- ✓ eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta *on-line* ao SICAF, ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021 para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a CONTRATADA a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao sistema.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos a CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Exigências de habilitação

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM/LOTE, para posterior formalização de ATA DE REGISTROS DE PREÇOS.

8.2. O sistema de disputa será o aberto.

1.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.2. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI;

8.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

8.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.11. Da participação de empresas em consórcio:

A Nova Lei de Licitações destaca em seu Art. 5º que, dentre outros, deve ser observado nos processos licitatórios o princípio da competitividade. Uma inovação trazida pela referida legislação é a presunção de que consórcios são naturalmente permitidos, sendo sua participação proibida apenas quando devidamente justificado (Art. 15º da Lei 14.133/2021). Tal previsão evidentemente não significa autorização para decisões arbitrárias ou imotivadas, indo em consonância ao princípio da motivação.

No que tange ao consórcio, pode-se o conceituar como a união de esforços de diferentes indivíduos com o propósito de garantir um resultado específico, o qual seria difícil ou impraticável alcançar de forma isolada. Um exemplo é o Consórcio Norte Energia, formado por 9 empresas e responsável pela construção na Usina de Belo Monte, terceira maior usina hidrelétrica do mundo que demandou um investimento de R\$ 19,5 bilhões (TEIXEIRA, 2017¹).

Se por um lado a permissividade da formação de consórcios é benéfica, por outro lado, o risco de tentativas de dominação de mercado e eliminação da concorrência é aumentado, visto que os consórcios podem ser utilizados para reduzir o espectro da concorrência e serem utilizados como um acordo entre eventuais interessados (JUSTEN FILHO, 2021²).

Nas contratações de bens comuns é bastante usual a participação de empresas de todos os portes, às quais, em sua maioria absoluta, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica, demonstrando possuir condições suficientes para atender a demanda, o que por consequência não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais.

No caso concreto, se tratando de objeto comum, de baixa complexidade, que não demanda grandes investimentos ou possui multidisciplinariedade de serviços, vislumbra-se que o risco de restrição da competitividade se sobrepõe aos benefícios eventualmente trazidos por esse dispositivo.

Por este motivo, nesse caso, a vedação à participação de empresas interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio é justificável, possibilitando a proteção do princípio da competitividade e não trazendo prejuízos à administração.

8.12. Da divulgação da Intenção de Registro de Preços:

Pato Bragado é um município de pequeno porte, que está localizado no oeste do estado do Paraná, na região Sul do Brasil, conta com menos de 6 mil habitantes e uma área de 135,600 km² segundo dados do IBGE. O Art. 9º. Do Decreto 027 de 09 de fevereiro de 2024, diz que:

§ 2º A publicação da intenção de registro de preços prevista no caput poderá deixar de ocorrer, sempre de forma fundamentada, quando:

I - A natureza do objeto se relacionar exclusivamente ao órgão ou entidade responsável pelo certame;

II - Excepcionalmente, se mostrar inviável a veiculação da intenção de registro de preços.

¹ TEIXEIRA, Vanessa Ferrari. Prevenção e solução de conflitos em consórcios empresariais. São Paulo: Almedina, 2017.

² JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratações administrativas. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

No nosso caso, optou-se pela não divulgação da presente IRP em virtude da ausência de estrutura administrativa satisfatória para fins de gerenciamento das Atas de Registro de Preços. Por ser um município de pequeno porte a estrutura administrativa é reduzida e esta atribuição poderia gerar um atraso nos processos e comprometer o funcionamento de atividades essenciais.

8.13. Da aplicabilidade da Exclusividade:

Levando em conta o valor o processo licitatório, e tratando-se de modalidade menor preço por item, será aplicado a exclusividade de participação no processo às microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estabelecido no Inciso I, Artigo 48 da Lei Complementar 123/2006³.

8.14. Da aplicabilidade do Decreto 238 de 2022 e Decreto n.º 054, de 29 de fevereiro de 2024.

Em observância ao disposto no Decreto Municipal nº 238/2022, constatou-se, durante a pesquisa de preços realizada para a presente contratação, foram identificadas mais 03 (três) empresas sediadas na Microrregião Geográfica 022 – Toledo aptas ao fornecimento dos objetos. Dessa forma, justifica-se a aplicação da política pública de compras locais e regionais prevista no referido normativo, conforme análise e informações pormenorizadas constantes no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais ou Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência ou concordata (Recuperação Judicial) expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. (Não será aceita negativa com data de emissão superior a 90 (noventa) dias;

8.23. As empresas em recuperação judicial devem apresentar junto a Certidão o Plano de Recuperação Homologado.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de **R\$ 569.366,02** (quinhentos e sessenta e nove mil, trezentos e sessenta e seis reais e dois centavos).

³ É aplicável os arts. 42 a 49 da Lei Complementar 123/2006 aos processos disciplinados pela Lei 14.133/2021, conforme Art. 4º da Lei 14.133/2023.



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados Lei Orçamentário Anual.

10.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

Dotação	Órgão	Unidade	Funcional	Ação	Elemento - Código	Elemento - Descrição	Vínculo
26	2	1	0004.0122.1050	2002	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
71	2	4	0004.0122.1050	2006	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
113	2	5	0004.0123.1050	2009	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
153	2	6	0004.0121.1050	2010	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
198	2	7	0012.0361.1100	2012	3339030150000000000	Material para festividades e homenagens	505
198	2	7	0012.0361.1100	2012	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
221	2	7	0012.0361.1100	2013	3339030200000000000	Material de cama, mesa e banho	505
221	2	7	0012.0361.1100	2013	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
277	2	7	0012.0365.1100	2019	3339030200000000000	Material de cama, mesa e banho	104
277	2	7	0012.0365.1100	2019	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	104
318	2	8	0013.0392.1150	2025	3339030150000000000	Material para festividades e homenagens	505
318	2	8	0013.0392.1150	2025	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

320	2	8	0013.0392.1150	2025	33390329999000000000	Outros materiais para distribuição gratuita	505
334	2	8	0013.0392.1150	2026	33390301500000000000	Material para festividades e homenagens	505
356	2	9	0027.0812.1200	2028	33390302300000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
370	2	9	0027.0812.1200	2029	33390329999000000000	Outros materiais para distribuição gratuita	505
399	2	10	0015.0452.1300	2031	33390302300000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
482	2	11	0008.0244.1350	2040	33390301500000000000	Material para festividades e homenagens	505
482	2	11	0008.0244.1350	2040	33390302300000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
550	2	12	0020.0606.1400	2047	33390302300000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
581	2	13	0022.0661.1450	2049	33390302300000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
647	2	14	0010.0301.1500	2057	33390302300000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
806	2	18	0008.0241.1350	2076	33390302300000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, quando for o caso, será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

ANEXO 2

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

A Prefeitura Municipal de Pato Bragado
Pregão Eletrônico nº ____/____

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) _____, portador(a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, para fins do disposto no Edital de licitação em epígrafe, **DECLARA,**

- a) Tem pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação;
- b) Não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menor de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos (art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal);
- c) Que não possui, empregados executando trabalho degradante ou forçado (incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88);
- d) Não está impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta (inciso III, do art. 14 da Lei 14.133/2021);
- e) Que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau. (inciso IV, do art. 14 da Lei 14.133/2021)
- f) Que autoriza o tratamento e divulgação dos documentos juntados ao procedimento licitatório.

Por ser verdade, firmamos a presente.

Local, ____ de _____ de ____.

Assinatura e Identificação do
Responsável legal da empresa



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

ANEXO 03

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI).

DECLARAÇÃO

(nome/razão social) _____, inscrita no CNPJ
n° _____, por intermédio de seu representante legal o(a)
Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade
n° _____, e do CPF n° _____, DECLARA, sob as penas
da lei e para os fins de direito e disposições do presente edital, ser microempresa ou empresa de pequeno
porte nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no artigo 3° da
Lei Complementar 123/06, alterações e respectiva regulamentação da Lei Municipal n. 27/2009.
() Declara, ainda, que no ano-calendário não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores
somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de
pequeno porte. **(Assinalar com “x” quando for o caso)**

Cidade (UF) _____ de _____ de _____.

(representante legal)



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

ANEXO 4

DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Razão Social da proponente _____
CNPJ/MF _____

Endereço para Correspondência da sede da Empresa

Rua : _____ Nº: _____
Bairro: _____ CEP: _____
Município: _____ Estado: _____
Nº do Telefone _____ Celular: - _____
e-mail da proponente: _____

Do Representante Legal autorizado para assinatura do Contrato

Nome: _____
Endereço: _____
RG Nº _____ Órgão emissor _____
CPF Nº _____ e-mail: _____
O representante legal possui assinatura eletrônica: () sim () não

Das Informações Bancárias da empresa

(Para fins de pagamento, caso sagrar-se vencedora, a empresa deve informar uma conta jurídica em seu nome)

Banco: _____
Agência: _____
Tipo de Conta: _____
Número da Conta: _____

Local e data _____/_____/_____

Assinatura e Identificação do
Responsável legal da empresa



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

ANEXO 5

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(Razão Social, CNPJ, telefone, endereço, e-mail)

A Prefeitura Municipal de Pato Bragado - PR
Departamento de Licitações e Contratos
Pregão Eletrônico nº ____/____.

Apresentamos e submetemos a apreciação de Vossa Senhoria, nossa proposta de preços do Pregão Eletrônico, em epígrafe.

Item	Qtde	Med.	Descrição do produto	Marca / modelo	V.Unit.	V. Total

Prazo de validade da proposta de preços: 60 (sessenta) dias.

Forma de pagamento:

Prazo de garantia:

Declaramos que em nossos preços estão inclusos todos os custos diretos e indiretos para a perfeita entrega do objeto licitado.

Local, ____ de _____ de _____.

Assinatura e Identificação do
Responsável legal da empresa



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

ANEXO 6

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO P/ FINS DE REGISTRO DE PREÇOS N.º xxx/xxxx

Ata de Registro de Preços de Fornecimento que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO** e a empresa, nos termos das normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal n.º 027/2024 e em conformidade com as disposições a seguir:

Aos dias do mês de xxxxxxxx de dois mil e xxxxxxxxx, a empresa....., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº, estabelecida na Rua, n.º, Município de, Telefone para Contato n.º, neste ato representada pelo senhor, Portador do RG n.º e do CPF n.º, vem pela presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, firmar com o CONTRATANTE, o **MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Willy Barth, n.º 2885, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 95.719.472/0001-05, neste ato representado pelo Prefeito, o senhor **JOHN JEFERSON WEBER NODARI**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 8.678.797-0 e do CPF nº 056.669.419-09, residente e domiciliado na Rua Planalto, nº 1371, Município de Pato Bragado, Estado do Paraná, denominado **MUNICÍPIO**, obrigam-se ao que segue.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de , especificados nos itens do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº xx/20xx, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem:

LOTE	ITEM	MED	DESCRIÇÃO	MARCA	Quant.	V. UNIT.	V. TOTAL

2.2. O valor global a ser praticado nesta Ata de Registro de Preços será de R\$

2.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FISCALIZAÇÃO

3.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

3.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

3.3. A fiscalização ficará à cargo do(s) seguinte(s) fiscal(is):

- ✓ Claudia Cristiane Kirsten – Secretaria de Administração, Finanças e Gabinete
- ✓ Marlene Vanderleia Petry Knapp – Secretaria de Educação e Cultura
- ✓ Debora A. Thomas – Secretaria de Esportes
- ✓ Marcos Bamberg Zibetti – Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo
- ✓ Susane P. Martins – Secretaria de Assistência Social
- ✓ Claudete L. Scaravonatto – Secretaria de Agricultura
- ✓ Gilson Leske – Secretaria de Indústria e Comercio
- ✓ Nathiê Koch – Secretaria de Planejamento
- ✓ Marlise Rosane Wojtiok - Secretaria de Saúde

4. DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 22, § 2º, do Decreto Municipal nº 027/2024; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Art. 22 e 23 do Decreto Municipal nº 027/2024.

9. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

9.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

9.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.6. O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

9.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

9.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- conta bancária para pagamento;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.13. A Administração deverá realizar consulta *on-line* ao SICAF, ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021 para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.14. Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a CONTRATADA a ampla defesa.

9.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao sistema.

Prazo de pagamento

9.18. Os prazos para liquidação e pagamento são os que seguem:

9.18.1. 10 (dez) dias úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, bem como daqueles previstos expressamente em edital ou instrumento contratual;

9.18.2. 20 (vinte) dias úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa.

9.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos a CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

9.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

9.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.23. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. São obrigações do Contratante:

10.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

10.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

10.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

10.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

10.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

10.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.10.1. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

10.12. Caso haja garantia, serão notificados os seus emitentes quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.14. Designar pessoa responsável para acompanhar o recebimento do objeto solicitado, sendo que ele atestará a entrega, dentro das especificações da Nota de Empenho.

10.15. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA.

10.16. Notificar formal e tempestivamente a CONTRATADA, sobre as irregularidades observadas no cumprimento das obrigações assumidas.

10.17. Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

10.18. Comunicar prontamente a CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto deste contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas.

10.19. Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade manifestada durante a vigência do contrato, para que sejam adotadas as medidas pertinentes.

10.20. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

10.21. Permitir que os funcionários da Contratada tenham acesso aos locais de entrega e/ou instalação do objeto solicitado.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

11.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

11.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

11.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

11.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

11.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

11.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

11.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

11.17. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

11.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.20. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas, durante toda a vigência do contrato, de acordo com o Art. 92, XVI, da Lei 14.333/21, informando a Contratante a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições.

11.21. Certificar-se, preliminarmente, de todas as condições exigidas no Contrato, não sendo levada em consideração qualquer argumentação posterior de desconhecimento.

11.22. Prestar os serviços, com pontualidade e nos locais específicos determinados pela Contratante, bem como atender as demais condições do Edital.

11.23. Fornecer o objeto em estrita conformidade com as especificações do Edital e da proposta de preço apresentada, ao qual se vinculam, não sendo admitidas retificações, cancelamentos, quer seja de preços, quer seja nas condições estabelecidas.



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

- 11.24.** Considerar que a unidade e a qualidade, são pré-requisitos para o recebimento do item solicitado.
- 11.25.** Comunicar a CONTRATANTE imediatamente a ocorrência de qualquer fato que possa implicar no atraso da entrega do objeto da Licitação.
- 11.26.** Responder por danos e desaparecimentos de bens materiais e avarias que venham a ser causadas por seus empregados ou preposto à Contratante ou a terceiros, desde que fique comprovada sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo sua responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizado pela Contratante, de acordo com o Art. 120 da Lei n.º 14.333/21.
- 11.27.** Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas, durante toda a vigência do contrato, de acordo com o Art. 92, XVI, da Lei 14.333/21, informando a Contratante a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições.
- 11.28.** Certificar-se, preliminarmente, de todas as condições exigidas no Contrato, não sendo levada em consideração qualquer argumentação posterior de desconhecimento.
- 11.28.1.** Todos os modelos e imagens serão disponibilizados junto a ordem de compra para referência no momento da Confecção.
- 11.29.** Prestar os serviços, com pontualidade e nos locais específicos determinados pela Contratante, bem como atender as demais condições do Edital.
- 11.30.** Fornecer o objeto em estrita conformidade com as especificações do Edital e da proposta de preço apresentada, ao qual se vinculam, não sendo admitidas retificações, cancelamentos, quer seja de preços, quer seja nas condições estabelecidas.
- 11.31.** Considerar que a unidade e a qualidade, são pré-requisitos para o recebimento do item solicitado.
- 11.32.** Comunicar a CONTRATANTE imediatamente a ocorrência de qualquer fato que possa implicar no atraso da entrega do objeto da Licitação.
- 11.33.** Responder por danos e desaparecimentos de bens materiais e avarias que venham a ser causadas por seus empregados ou preposto à Contratante ou a terceiros, desde que fique comprovada sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo sua responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizado pela Contratante, de acordo com o Art. 120 da Lei n.º 14.333/21.
- 11.34.** Todas as despesas decorrentes da execução do objeto, contratação de pessoal, veículos (transporte) e demais encargos pertinentes ao fornecimento, serão de total responsabilidade da CONTRATADA.
- 11.35.** As notificações referidas neste item deverão ser realizadas por escrito e direcionadas ao gestor e/ou fiscal do contrato.
- 11.36.** Cumprir com outras obrigações decorrentes da aplicação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, conforme Lei nº 8.078/90, que sejam compatíveis com o regime de direito público.
- 11.37.** Correrão por conta do fornecedor todas as despesas relacionadas ao fornecimento como, fretes, tributos e encargos trabalhistas e previdenciários dos funcionários, bem como qualquer custo relacionado a perfeita entrega.
- 11.38.** Todo produto/serviço que apresente má qualidade, avarias, que não for novo e sem uso, ou que não atenda as especificações do edital deverá ser substituído imediatamente pelo fornecedor.
- 11.39.** Só serão aceitas entregas completas, conforme descrito na ordem de compras.
- 11.40.** Se no ato do recebimento for constatado que a quantidade entregue/serviço prestado for diferente que o constante na nota fiscal ou na ordem de serviço todos os objetos serão recusados até a perfeita regularização por parte da empresa vencedora.
- 11.41.** O objeto será recebido e aceito após sumária inspeção pelo Fiscal de Contratos da Secretaria solicitante, podendo ser rejeitado, caso a qualidade e especificações não atendam ao que foi licitado e às condições de recebimento e aceitação do(s) produto(s) o mesmo deverá ser substituído pelo fornecedor, no prazo máximo de 3 (três) dias, sem ônus para o Município, sob pena de suspensão da empresa de participar



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

de licitação, de acordo com a legislação vigente, e aplicação de multa de 10% sobre o valor do produto entregue de forma irregular.

11.42. Todas as hipóteses de irregularidades são condições de suspensão do pagamento até a perfeita regularização por parte da empresa fornecedora e a aplicação de penalidades.

11.43. O licitante vencedor arcará com todos os custos necessários para o perfeito fornecimento do objeto outras despesas relativas a confecção dos uniformes, descritos no objeto desta licitação, bem como as despesas de pessoal, sem custos adicionais para o município.

11.44. Para os itens confecções:

11.44.1. A empresa vencedora do certame quanto ao fornecimento dos uniformes e figurinos deverá, quando solicitada, entregar ao Fiscal de Contrato da Administração amostras dos tecidos (em tamanho mínimo de 10x10cm) com os quais serão confeccionados cada um dos lotes, cada qual com a respectiva ficha de composição e gramatura para acareação entre o solicitado em edital e o que a empresa julga atender o item. Podendo a Administração solicitar alterações e/ou melhores esclarecimentos de forma a obter o material mais próximo do descrito.

11.44.2. Para garantir a integridade das costuras deve-se utilizar o ponto cadeia nas junções e as barras devem ter 2,5cm com costuras paralelas e todos pespontos feitos na cor do tecido. Os cós das calças devem ter 5,5 cm de largura e possuir sete passantes para cinta.

11.44.3. A confecção será autorizada pela administração municipal, de acordo com as necessidades de cada secretaria, podendo ser solicitado uniforme para somente um ou mais servidores da secretaria requerente. A contratada poderá, antes da confecção, juntamente com o Fiscal de Contratos da Administração, acertar pequenos detalhes que por ventura não fiquem claros no modelo ilustrativo ou na descrição, como a forma de aplicação dos detalhes, viés, filetes, penses, etc., para utilizar na confecção do que lhe for solicitado.

11.44.4. As medições/provas dos tamanhos deverão ser realizadas individualmente, na secretaria solicitante ou no endereço da empresa, por profissional designado dos licitantes vencedores, não havendo possibilidade de um servidor municipal anotar as provas, pois este somente irá passar à contratada uma lista dos nomes para os quais foram pedidos determinado tipo de uniforme.

11.44.5. Cabe ressaltar que há diferentes cargas horárias e jornadas de trabalho, portando a licitante deve programar com cada secretaria o melhor horário para encontrar os servidores em serviço ou para solicitar que estes se dirijam à sede da empresa.

11.44.6. A contratada obriga-se a realizar ao menos uma prova de tamanhos padronizados e/ou medição para determinação de tamanho e para anotar as particularidades como comprimento de mangas, pernas, tronco, etc. e responsabiliza-se pelo ajuste dos uniformes de forma individual e personalizada para cada servidor sem custos adicionais para o município. Somente os uniformes de estagiários serão solicitados por tamanho padronizados do PP ao EXG.

11.44.7. Quando da entrega o servidor deve provar e verificar se suas particularidades foram atendidas, se ainda faltar algum ajuste, por exemplo: comprimento das mangas, este deve informar a necessidade à contratada e aguardar a correção, caso o ajuste não seja feito este deve informar o ocorrido ao Fiscal de Contrato que tomará as providências cabíveis.

11.44.8. Cada servidor pode solicitar alterações do tamanho padrão para atender suas especificidades, como no comprimento das camisetas, jalecos, mangas longas e calça. Não é permitido realizar alterações que possam desfigurar o item, como remoção ou inclusão de bolsos, tipos de cós, de tecido e cores.

11.45. Referente a confecção e instalação de cortinas:

11.45.1. A Contratada deverá realizar vistoria prévia nos locais indicados pela Contratante para conferência e levantamento de todas as medidas necessárias à confecção das cortinas, persianas e demais itens sob medida, responsabilizando-se integralmente pela exatidão das dimensões coletadas, não sendo admitidas alegações posteriores de erro de medição para fins de acréscimo de custos ou prorrogação de prazos.



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

11.45.2. A confecção dos itens deverá observar rigorosamente as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, incluindo materiais, acabamentos, dimensões, proporções de franzimento, instalação de ilhós, argolas, varões, componentes de fixação e demais características exigidas, devendo os produtos apresentar excelente qualidade, acabamento uniforme, resistência e perfeito funcionamento.

11.45.3. A Contratada deverá empregar mão de obra qualificada e adotar todos os cuidados necessários durante a fabricação, transporte e instalação dos materiais, responsabilizando-se por quaisquer danos causados ao patrimônio da Contratante ou de terceiros em decorrência da execução dos serviços.

11.45.4. A instalação completa dos itens fornecidos constitui obrigação da Contratada e deverá ser realizada nos locais indicados pela Contratante, com fornecimento de todos os materiais, acessórios, ferramentas e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços, incluindo suportes, buchas, parafusos, ponteiros e demais componentes indispensáveis à fixação e ao adequado funcionamento dos produtos.

11.45.5. Após a instalação, a Contratada deverá verificar o correto funcionamento, alinhamento, nivelamento, fixação e acabamento dos itens instalados, efetuando os ajustes necessários para garantir a plena utilização dos produtos e a satisfação das condições estabelecidas neste Termo de Referência.

11.46. Todas as mercadorias que demandem de inserção de artes personalizadas, devem ter as artes previamente aprovadas pela Secretaria solicitante.

Condições de entrega

11.47. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias, contados do(a) recebimento da ordem de compra.

11.48. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com ao menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

11.49. Os bens deverão ser entregues no endereço informado na ordem de compra e de acordo com a necessidade de cada secretaria solicitante.

11.50. Por se tratar de ata de registros de preços os pedidos poderão ser realizados ao decorrer da vigência da ata e de acordo com a necessidade da secretaria solicitante.

12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) Multa:

v) moratória de 3% (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

vi) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

vii) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

13. DO FORO:

Fica eleito o foro da Comarca de Marechal Cândido Rondon, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores.

Pato Bragado – PR, aos XX dias do mês de XXXXXXXXXXXX de 20xx.

MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO - CONTRATANTE

XXXXXXXX

XXXXXXXX – CONTRATADO

XXXXXXXX



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

ANEXO 7

**MINUTA DO CONTRATO Nº xxx/xxxx
PREGÃO ELETRÔNICO N.º/ XXXX.**

Contrato de Fornecimento que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO** e a empresa, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e na forma abaixo:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.719.472/0001-05, neste ato representado pelo Prefeito, o senhor **JOHN JEFERSON WEBER NODARI**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 8.678.797-0 e do CPF nº 056.669.419-09, residente e domiciliado na Rua Planalto, nº 1371, Município de Pato Bragado, Estado do Paraná, e

CONTRATADA:, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº, estabelecida na CEP Neste ato representada por seu, Senhor, portador da Cédula de Identidade nº..... e do CPF/MF nº, residente e domiciliado na CEP, acordam e ajustam o presente contrato, nos termos da Lei N.º 14.133/2021 e legislação pertinente, Licitação modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO N.º/ XXXX.** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, observações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresas interessadas no futuro e eventual fornecimento de uniformes para servidores e participantes de oficinas culturais, fardamentos esportivos, bandeiras oficiais, cobertores e lençóis, cortinas, tecidos, aviamentos e materiais decorativos, através da modalidade pregão eletrônico, conforme quantidades e condições mínimas relacionadas no Termo de Referência anexo ao Edital, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 3.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 3.3.** As comunicações entre o contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 3.4.** O contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 3.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 3.6.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
- 3.7.** O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 3.8.** O fiscal do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 3.9.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 3.10.** O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 3.11.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 3.12.** O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 3.13.** O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 3.14.** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 3.15.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 3.16.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

3.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

3.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

3.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

3.20. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

3.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – RECEBIMENTO DO OBJETO E PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

6.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

6.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.7. O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

6.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

6.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.14. A Administração deverá realizar consulta *on-line* ao SICAF, ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021 para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.15. Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a CONTRATADA a ampla defesa.

6.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao sistema.



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

Prazo de pagamento

6.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

6.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos a CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

6.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

6.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.25. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou outro que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10.1. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.12. Caso haja garantia, serão notificados os seus emitentes quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.14. Designar pessoa responsável para acompanhar o recebimento do objeto solicitado, sendo que ele atestará a entrega, dentro das especificações da Nota de Empenho.
- 8.15. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA.
- 8.16. Notificar formal e tempestivamente a CONTRATADA, sobre as irregularidades observadas no cumprimento das obrigações assumidas.
- 8.17. Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.
- 8.18. Comunicar prontamente a CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto deste contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas.
- 8.19. Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade manifestada durante a vigência do contrato, para que sejam adotadas as medidas pertinentes.
- 8.20. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.
- 8.21. Permitir que os funcionários da Contratada tenham acesso aos locais de entrega e/ou instalação do objeto solicitado.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- 9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.17. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

- 9.19.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 9.20.** Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas, durante toda a vigência do contrato, de acordo com o Art. 92, XVI, da Lei 14.333/21, informando a Contratante a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições.
- 9.21.** Certificar-se, preliminarmente, de todas as condições exigidas no Contrato, não sendo levada em consideração qualquer argumentação posterior de desconhecimento.
- 9.21.1.** Todos os modelos e imagens serão disponibilizados junto a ordem de compra para referência no momento da Confecção.
- 9.22.** Prestar os serviços, com pontualidade e nos locais específicos determinados pela Contratante, bem como atender as demais condições do Edital.
- 9.23.** Fornecer o objeto em estrita conformidade com as especificações do Edital e da proposta de preço apresentada, ao qual se vinculam, não sendo admitidas retificações, cancelamentos, quer seja de preços, quer seja nas condições estabelecidas.
- 9.24.** Considerar que a unidade e a qualidade, são pré-requisitos para o recebimento do item solicitado.
- 9.25.** Comunicar a CONTRATANTE imediatamente a ocorrência de qualquer fato que possa implicar no atraso da entrega do objeto da Licitação.
- 9.26.** Responder por danos e desaparecimentos de bens materiais e avarias que venham a ser causadas por seus empregados ou preposto à Contratante ou a terceiros, desde que fique comprovada sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo sua responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizado pela Contratante, de acordo com o Art. 120 da Lei n.º 14.333/21.
- 9.27.** Todas as despesas decorrentes da execução do objeto, contratação de pessoal, veículos (transporte) e demais encargos pertinentes ao fornecimento, serão de total responsabilidade da CONTRATADA.
- 9.28.** As notificações referidas neste item deverão ser realizadas por escrito e direcionadas ao gestor e/ou fiscal do contrato.
- 9.29.** Cumprir com outras obrigações decorrentes da aplicação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, conforme Lei nº 8.078/90, que sejam compatíveis com o regime de direito público.
- 9.30.** Além das naturalmente decorrentes do presente Contrato e daquelas previstas no Edital do presente procedimento licitatório, constituem obrigações da CONTRATADA:
- 9.30.1.** Correrão por conta do fornecedor todas as despesas relacionadas ao fornecimento como, fretes, tributos e encargos trabalhistas e previdenciários dos funcionários, bem como qualquer custo relacionado a perfeita entrega.
- 9.30.2.** Todo produto/serviço que apresente má qualidade, avarias, que não for novo e sem uso, ou que não atenda as especificações do edital deverá ser substituído imediatamente pelo fornecedor.
- 9.30.3.** Só serão aceitas entregas completas, conforme descrito na ordem de compras.
- 9.30.4.** Se no ato do recebimento for constatado que a quantidade entregue/serviço prestado for diferente que o constante na nota fiscal ou na ordem de serviço todos os objetos serão recusados até a perfeita regularização por parte da empresa vencedora.
- 9.30.5.** O objeto será recebido e aceito após sumária inspeção pelo Fiscal de Contratos da Secretaria solicitante, podendo ser rejeitado, caso a qualidade e especificações não atendam ao que foi licitado e às condições de recebimento e aceitação do(s) produto(s) o mesmo deverá ser substituído pelo fornecedor, no prazo máximo de 3 (três) dias, sem ônus para o Município, sob pena de suspensão da empresa de participar de licitação, de acordo com a legislação vigente, e aplicação de multa de 10% sobre o valor do produto entregue de forma irregular.



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

9.30.6. Todas as hipóteses de irregularidades são condições de suspensão do pagamento até a perfeita regularização por parte da empresa fornecedora e a aplicação de penalidades.

9.30.7. O licitante vencedor arcará com todos os custos necessários para o perfeito fornecimento do objeto outras despesas relativas a confecção dos uniformes, descritos no objeto desta licitação, bem como as despesas de pessoal, sem custos adicionais para o município.

9.31. Para os itens confecções:

9.31.1. A empresa vencedora do certame quanto ao fornecimento dos uniformes e figurinos deverá, quando solicitada, entregar ao Fiscal de Contrato da Administração amostras dos tecidos (em tamanho mínimo de 10x10cm) com os quais serão confeccionados cada um dos lotes, cada qual com a respectiva ficha de composição e gramatura para acareação entre o solicitado em edital e o que a empresa julga atender o item. Podendo a Administração solicitar alterações e/ou melhores esclarecimentos de forma a obter o material mais próximo do descrito.

9.31.2. Para garantir a integridade das costuras deve-se utilizar o ponto cadeia nas junções e as barras devem ter 2,5cm com costuras paralelas e todos pespontos feitos na cor do tecido. Os cóses das calças devem ter 5,5 cm de largura e possuir sete passantes para cinta.

9.31.3. A confecção será autorizada pela administração municipal, de acordo com as necessidades de cada secretaria, podendo ser solicitado uniforme para somente um ou mais servidores da secretaria requerente. A contratada poderá, antes da confecção, juntamente com o Fiscal de Contratos da Administração, acertar pequenos detalhes que por ventura não fiquem claros no modelo ilustrativo ou na descrição, como a forma de aplicação dos detalhes, viés, filetes, penses, etc., para utilizar na fabricação do que lhe for solicitado.

9.31.4. As medições/provas dos tamanhos deverão ser realizadas individualmente, na secretaria solicitante ou no endereço da empresa, por profissional designado dos licitantes vencedores, não havendo possibilidade de um servidor municipal anotar as provas, pois este somente irá passar à contratada uma lista dos nomes para os quais foram pedidos determinado tipo de uniforme.

9.31.5. Cabe ressaltar que há diferentes cargas horárias e jornadas de trabalho, portando a licitante deve programar com cada secretaria o melhor horário para encontrar os servidores em serviço ou para solicitar que estes se dirijam à sede da empresa.

9.31.6. A contratada obriga-se a realizar ao menos uma prova de tamanhos padronizados e/ou medição para determinação de tamanho e para anotar as particularidades como comprimento de mangas, pernas, tronco, etc. e responsabiliza-se pelo ajuste dos uniformes de forma individual e personalizada para cada servidor sem custos adicionais para o município. Somente os uniformes de estagiários serão solicitados por tamanho padronizados do PP ao EXG.

9.31.7. Quando da entrega o servidor deve provar e verificar se suas particularidades foram atendidas, se ainda faltar algum ajuste, por exemplo: comprimento das mangas, este deve informar a necessidade à contratada e aguardar a correção, caso o ajuste não seja feito este deve informar o ocorrido ao Fiscal de Contrato que tomará as providências cabíveis.

9.31.8. Cada servidor pode solicitar alterações do tamanho padrão para atender suas especificidades, como no comprimento das camisetas, jalecos, mangas longas e calça. Não é permitido realizar alterações que possam desfigurar o item, como remoção ou inclusão de bolsos, tipos de cóses, de tecido e cores.

9.31.9. Referente a confecção e instalação de cortinas: A Contratada deverá realizar vistoria prévia nos locais indicados pela Contratante para conferência e levantamento de todas as medidas necessárias à confecção das cortinas, persianas e demais itens sob medida, responsabilizando-se integralmente pela exatidão das dimensões coletadas, não sendo admitidas alegações posteriores de erro de medição para fins de acréscimo de custos ou prorrogação de prazos.

9.31.10. A confecção dos itens deverá observar rigorosamente as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, incluindo materiais, acabamentos, dimensões, proporções de



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

franzimento, instalação de ilhós, argolas, varões, componentes de fixação e demais características exigidas, devendo os produtos apresentar excelente qualidade, acabamento uniforme, resistência e perfeito funcionamento.

9.31.11. A Contratada deverá empregar mão de obra qualificada e adotar todos os cuidados necessários durante a fabricação, transporte e instalação dos materiais, responsabilizando-se por quaisquer danos causados ao patrimônio da Contratante ou de terceiros em decorrência da execução dos serviços.

9.31.12. A instalação completa dos itens fornecidos constitui obrigação da Contratada e deverá ser realizada nos locais indicados pela Contratante, com fornecimento de todos os materiais, acessórios, ferramentas e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços, incluindo suportes, buchas, parafusos, ponteiros e demais componentes indispensáveis à fixação e ao adequado funcionamento dos produtos.

9.31.13. Após a instalação, a Contratada deverá verificar o correto funcionamento, alinhamento, nivelamento, fixação e acabamento dos itens instalados, efetuando os ajustes necessários para garantir a plena utilização dos produtos e a satisfação das condições estabelecidas neste Termo de Referência.

9.32. Todas as mercadorias que demandem de inserção de artes personalizadas, devem ter as artes previamente aprovadas pela Secretaria solicitante.

Condições de entrega

9.33. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias, contados do (a) recebimento da ordem de compra.

9.34. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com ao menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

9.35. Os bens deverão ser entregues no endereço informado na ordem de compra e de acordo com a necessidade de cada secretaria solicitante.

9.36. Por se tratar de ata de registros de preços os pedidos poderão ser realizados ao decorrer da vigência da ata e de acordo com a necessidade da secretaria solicitante.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- i) der causa à inexecução parcial do contrato;
- j) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- k) der causa à inexecução total do contrato;
- l) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- m) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- n) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- o) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- p) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- viii) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ix) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

x) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

xi) Multa:

xii) moratória de 3% (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

xiii) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

xiv) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

f) a natureza e a gravidade da infração cometida;

g) as peculiaridades do caso concreto;

h) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

i) os danos que dela provierem para o Contratante;

j) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

12.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.6.3. Indenizações e multas.

12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FISCALIZAÇÃO

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotação	Órgão	Unidade	Funcional	Ação	Elemento - Código	Elemento - Descrição	Vínculo
---------	-------	---------	-----------	------	-------------------	----------------------	---------



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

26	2	1	0004.0122.1050	2002	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
71	2	4	0004.0122.1050	2006	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
113	2	5	0004.0123.1050	2009	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
153	2	6	0004.0121.1050	2010	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
198	2	7	0012.0361.1100	2012	3339030150000000000	Material para festividades e homenagens	505
198	2	7	0012.0361.1100	2012	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
221	2	7	0012.0361.1100	2013	3339030200000000000	Material de cama, mesa e banho	505
221	2	7	0012.0361.1100	2013	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
277	2	7	0012.0365.1100	2019	3339030200000000000	Material de cama, mesa e banho	104
277	2	7	0012.0365.1100	2019	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	104
318	2	8	0013.0392.1150	2025	3339030150000000000	Material para festividades e homenagens	505
318	2	8	0013.0392.1150	2025	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
320	2	8	0013.0392.1150	2025	3339032999900000000	Outros materiais para distribuição gratuita	505
334	2	8	0013.0392.1150	2026	3339030150000000000	Material para festividades e homenagens	505



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

356	2	9	0027.0812.1200	2028	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
370	2	9	0027.0812.1200	2029	3339032999900000000	Outros materiais para distribuição gratuita	505
399	2	10	0015.0452.1300	2031	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
482	2	11	0008.0244.1350	2040	3339030150000000000	Material para festividades e homenagens	505
482	2	11	0008.0244.1350	2040	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
550	2	12	0020.0606.1400	2047	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
581	2	13	0022.0661.1450	2049	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
647	2	14	0010.0301.1500	2057	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
806	2	18	0008.0241.1350	2076	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13.3. A fiscalização ficará à cargo do(s) seguinte(s) fiscal(is):

- ✓ **Claudia Cristiane Kirsten – Secretária de Administração, Finanças e Gabinete**
- ✓ **Marlene Vanderleia Petry Knapp – Secretária de Educação e Cultura**
- ✓ **Debora A. Thomas – Secretária de Esportes**
- ✓ **Marcos Bamberg Zibetti – Secretária de Obras, Viação e Urbanismo**
- ✓ **Susane P. Martins – Secretária de Assistência Social**
- ✓ **Claudete L. Scaravonatto – Secretária de Agricultura**
- ✓ **Gilson Leske – Secretária de Indústria e Comércio**
- ✓ **Marlise Rosane Wojtiok - Secretária de Saúde**



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Marechal Cândido Rondon, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

Pato Bragado – PR, aos XX dias do mês de XXXXXXXXXXXX de 20xx.

MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO - CONTRATANTE

XXXXXXX

XXXXXXXX – CONTRATADO

XXXXXXX